



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026**  
**PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 10071/2025**

**CONCORRÊNCIA PÚBLICA ELETRÔNICA**  
Nº 005/2026 - LEI 14.133/2021

**CONTRATANTE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS - BA  
CNPJ 13.672.597/0001-62

**DEMANDANTE**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DEFESA CIVIL

**OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DO REMANESCENTE DA OBRA DE FECHAMENTO CANAL DO MALHADO, BAIRRO MALHADO, ILHÉUS/BA (CONVÊNIO CONDER N.398/2022).

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 10.157.675,42 (DEZ MILHÕES CENTO E CINQUENTA E SETE MIL SEISCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA**

ABERTURA DE PROPOSTA – 18/05/2026 – AS 14:30HS  
INICIO DA DISPUTA – 18/05/2026 – AS 14:30HS

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

MENOR PREÇO GLOBAL

**REGIME DE EXECUÇÃO**

EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

**MODO DE DISPUTA:**

ABERTO e FECHADO



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026**  
**PROCESSO Nº. 10071/2025**

Regida pela Lei nº 14.133/2021 com aplicação subsidiária ao Decreto Municipal nº 269 de 14/01/2025, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente Edital.

**Órgão(s) Participante(s):**

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E DEFESA CIVIL

---

**I – Processo Administrativo:**

051/2026

---

**II – DATA LIMITE PARA ENVIO DAS PROPOSTAS:**

18/05/2026 – 14h30min (Horário De Brasília), no endereço eletrônico:  
<https://licitanet.com.br/>

---

**III – INÍCIO DA DISPUTA:**

18/05/2026 – 14h30min (Horário De Brasília), no endereço eletrônico:  
<https://licitanet.com.br/>

---

**IV – LOCAL:**

18/05/2026 – 14h30min (Horário De Brasília), no endereço eletrônico:  
<https://licitanet.com.br/>

---

**V – OBJETO DA LICITAÇÃO:**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DO REMANESCENTE DA OBRA DE FECHAMENTO CANAL DO MALHADO, BAIRRO MALHADO, ILHÉUS/BA (CONVÊNIO CONDER N.398/2022).**

---

**VI – PRAZOS:**

A execução dos serviços deverá ocorrer conforme estabelecido no termo de referência.

Vigência Contratual: 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato;

Prazo de Execução: 12 (doze) meses, contados da emissão da Ordem de Serviço.

---

**VII – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega da nota fiscal/fatura e respectiva conferência, conforme conta do Projeto Básico.

---

**VIII – LOCAL DE REALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO:**

Os Fornecimentos serão realizados conforme termo de referência

---

**IX – ANEXOS:**

- a) ANEXO I – PROJETO BÁSICO;
  - b) ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS;
  - c) ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;
  - d) ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE
-



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



---

**HABILITAÇÃO;**

- e)** ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
  - f)** ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS;
  - g)** ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;
  - h)** ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUÇÃO DE ME/EPP;
  - i)** ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO;
  - j)** ANEXO X – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
  - k)** ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;
-



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



**EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA 005/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026**  
**PROCESSO Nº. 10071/2025**

O **MUNICÍPIO DE ILHÉUS** – Estado da Bahia, através do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, por determinação do Ilm. Senhor Gabriel de Andrade Cerqueira, Secretário Municipal de Infraestrutura e Defesa Civil, torna público, para conhecimento das empresas interessadas que será realizada licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo “**MENOR PREÇO GLOBAL**”, regido pela Lei Federal nº. 14.133, de 01/04/2021, pelo Decreto Municipal nº 269 de 14/01/2025, e suas alterações, além das demais disposições legais aplicáveis, e pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos. A Concorrência será realizada em sessão pública online por meio de recursos de tecnologia da informação – internet, através do site <https://licitanet.com.br/>

**1. REGÊNCIA LEGAL**

- 1.1. Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021;
- 1.2. Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e 147 de 07/08/2014;
- 1.3. Decreto Municipal nº 269 de 14 de janeiro de 2025 e alterações posteriores.

**2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

2.1. A Concorrência Pública, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do **Sistema de Concorrência Pública, na Forma Eletrônica no site <https://licitanet.com.br/>**;

2.2. Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura Municipal de Ilhéus - BA, denominado Agente de Contratação, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo LICITANET constante da página eletrônica <https://licitanet.com.br/>;

**3. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DA CONCORRÊNCIA:**

3.1. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

Início do recebimento das propostas:	<b><u>28/04/2026 a partir das 18:00hs</u></b>
Abertura das Propostas:	<b><u>18/05/2026 a partir das 14:30hs</u></b>
Início da Disputa:	<b><u>18/05/2026 a partir das 14:30hs</u></b>



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



#### 4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

4.1. Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

4.2. Poderão participar desta **Concorrência Pública** as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à **<https://licitanet.com.br/>**;

4.3. É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas – conforme Termo de Referência.

4.4. É vedada à participação direta na presente licitação de:

- a) Pessoa física;
- b) Consórcio de empresas;
- c) Empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) Empresa que estiver sob concordata ou falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- e) Empresa que esteja suspensa de licitar ou contratar no âmbito do Município de Ilhéus-Bahia e/ou declarada inidônea por qualquer Órgão Público Federal, Estadual ou Municipal, na data da licitação e;
- f) Empresa que tiver promovido qualquer tipo de dano ao município, que se comprove com parecer jurídico ou laudo técnico ou mesmo notificação, mesmo que seja mora no prazo, devidamente julgada em processo disciplinar.
- g) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;
- h) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- i) Empresa isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,
- j) acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- k) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- l) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

- m) Empresas controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- n) Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- o) Agente público do órgão ou entidade licitante;
- p) Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- q) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;
- r) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- s) O impedimento de que trata a alínea “k” será também aplicada ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- t) A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa que se referem às alíneas “h e i” poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- u) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- v) O disposto nas alíneas “h e i” não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- w) Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei 14.133/2021.
- x) A vedação de que trata a alínea “o” estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



4.5. O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ao sistema no site <https://licitanet.com.br/>, até o horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

4.5.1. Todas as ações referentes ao certame serão realizadas no sistema <https://licitanet.com.br/>, não sendo aceito a utilização de qualquer outro sistema ou meio para cadastro de propostas e documentações.

4.6. O cadastramento do licitante deverá ser requerido junto ao portal (<https://licitanet.com.br/>), onde o licitante terá todas as informações para se cadastrar e receber seu Login e senha de acesso, na agência de preferência da LICITANTE.

4.7. Especificações dos itens – conforme planilha anexa, objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, e demais descrições, conforme anexo da planilha de preço

4.8. A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no Anexo, para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento no sistema <https://licitanet.com.br/>, informar no campo próprio da ficha técnica de cadastro da Licitante, o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006 e 147/2014.

## **5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

5.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

## **6. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA:**

6.1. As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato previsto no item **4.6**, operador devidamente credenciado ao sistema (<https://licitanet.com.br/>), atribuindo poderes para formular lances de





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



preços e praticar todos os demais atos e operações no site: [\(https://licitanet.com.br/\)](https://licitanet.com.br/);

6.2. A participação do licitante na Concorrência Pública se dará por meio de participação direta, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

6.3. O acesso do operador do certame, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

6.4. A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer Concorrência Pública, sob a responsabilidade do seu usuário.

6.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a Concorrência Pública.

## **7. PARTICIPAÇÃO**

7.1. A participação na Concorrência, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

7.2. É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do certame. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa a desclassificação da proposta.

7.3. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do certame, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

7.4. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida junto ao <https://licitanet.com.br/>, no Telefone: (34) 2512-6500 ou no E-mail: [fornecedor@licitanet.com.br](mailto:fornecedor@licitanet.com.br) ou [comercial@licitanet.com.br](mailto:comercial@licitanet.com.br).

## **8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

8.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances de julgamento.

8.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



8.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e nos prazos estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observada o disposto nos itens deste Edital.

8.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:

8.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas formas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

8.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

8.4.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

8.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16, da Lei nº 14.133/2021.

8.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49, observando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

8.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento do certame, para aquele item;

8.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

8.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 8.4 ou 8.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital.

8.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

8.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

8.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõe a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

8.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

8.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

8.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

8.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

8.12.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

8.12.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

8.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 8.11 possuirá caráter sigiloso** para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

8.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

8.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

9.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

9.1.1. Valor total Global;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



9.1.2. Unidades – Preços unitários – conforme liberado no sistema gerenciador;

9.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

9.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

9.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

9.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas quando participarem de licitações públicas;

9.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos;

9.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública,



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



por meio de sistema eletrônico, na data, horário e locais indicados neste Edital.

10.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

10.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante, nas descrições da plataforma do sistema.

10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o e os licitantes.

10.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total Global.

10.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).

10.10. O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

10.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

10.12. Caso seja adotado para o envio de lances na Concorrência Pública o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



intermediários.

10.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

10.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

10.13. Caso seja adotado para o envio de lances na Concorrência Pública o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

10.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

10.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

10.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

10.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

10.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

10.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.16. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva da concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no site eletrônico utilizado para divulgação.

10.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lances serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.20.1. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.20.2. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.20.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

10.21.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

10.21.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

10.21.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

10.21.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

10.21.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública Estadual ou Distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de município, no território do Estado em que este se localiza;

10.21.2.2. Empresas brasileiras;

10.21.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.22. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2011.

10.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

10.24. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

10.25. O agente de contratação solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.26. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

10.27. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10.28. A critério do Agente de Contratação poderá ser exigida planilha de composição de custos e formação de preços dos produtos envolvidos na contratação e sua apresentação serão no prazo máximo de 02 (duas) horas a partir da



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



solicitação do Agente de Contratação. O não atendimento implicará na desclassificação da arrematante.

## **10.29 – GARANTIA DE PROPOSTA**

**10.29.1. Garantia de proposta:** será de 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação e será prestada em uma das modalidades constantes do § 1º do artigo 96 da lei 14.133/2021, sendo:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

No caso de seguro-garantia, o mesmo continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

A garantia de proposta prestada será devolvida no prazo máximo de 10 dias úteis contados da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

No caso de títulos da dívida pública, os mesmos devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

## **11. FASE DE JULGAMENTO**

11.1. Encerrada a fase de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>).

11.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sóciomajoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

11.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).

11.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, § 1º).

11.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (IN nº 3/2018, art. 29, § 2º).

11.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

11.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

11.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPS, o agente de contratação verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 1.2 deste edital.

11.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos, observando o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

11.7.1. Contiver vícios insanáveis;

11.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

11.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

11.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

11.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

11.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 75% (setenta por cento) do valor orçado pela Administração.

11.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



- 11.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta;
- 11.8.1.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 11.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 11.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 11.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante;
- 11.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 11.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 11.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 11.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido descomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 11.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 11.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



11.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

## **12. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

12.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação para efeito de habilitação, nas condições seguintes:

- a) No caso de empresário individual, Requerimento de Empresário (última alteração).
- b) Em se tratando de sociedades empresárias, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente consolidado, à luz do Novo Código Civil Brasileiro, devidamente registrados, acompanhados, quando for o caso, dos documentos societários comprobatórios de eleição ou designação e investidura dos atuais administradores.
- c) No caso de sociedades simples, do ato constitutivo, estatuto ou contrato social, com suas eventuais alterações supervenientes em vigor, devidamente consolidado, à luz do Novo Código Civil Brasileiro, devidamente registrados, acompanhados dos atos comprobatórios de eleição e investidura dos atuais administradores.
- d) Decreto de autorização no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.

### **12.3. Regularidade fiscal e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social através de certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal e certidão da dívida ativa da União emitida pela Procuradoria da Fazenda Nacional
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



- e) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.
- f) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal, relativa à sede ou domicílio do proponente, dentro de seu período de validade.
- g) Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparadas, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação

**12.4. Qualificação econômico-financeira**

a) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) No caso de licitante constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

c) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

d) Os licitantes poderão apresentar a sua comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), igual ou superior a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- a) Comprovação de capital social mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrados na Junta Comercial Estadual ou outro órgão equivalente, balanço patrimonial ou certidão simplificada da JUNTA COMERCIAL.

- b) Os documentos deverão, preferencialmente, ser apresentados ordenadamente, numerados sequencialmente por item da habilitação, de modo a facilitar sua análise.
- c) A apresentação de declaração falsa pelo licitante acarretará a aplicação das penalidades previstas deste edital.
- d) Se a matriz participar da licitação, todos os documentos devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu CNPJ. Se a filial participar da licitação, todos os documentos devem ser apresentados em seu nome e de acordo com o seu CNPJ. (exceto aquelas certidões expedidas em nome da matriz que são válidas para as filiais)
- e) Os atestados de capacidade técnica/responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da filial da empresa.
- f) Os documentos solicitados a título de habilitação deverão ser anexados na plataforma LICITANET no campo apropriado.
- g) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal será assegurado à microempresa e empresa de pequeno porte que comprovar a sua condição para o caso, na fase de credenciamento, e, que for declarado o vencedor do certame, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, visando a sua habilitação no certame.
- h) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90, §5º, da Lei no 814.133/2021, e suas alterações posteriores, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- i) Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração Municipal, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.
- j) A documentação deverá estar válida na data de abertura do certame.

#### 12.5. Qualificação técnica

12.5.1. Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica Operacional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a licitante realizado objeto pertinentes com o objeto do certame.

- a) Os atestados deverão ser apresentados constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto e período da contratação.

b) Declaração de pleno conhecimento do edital, conforme modelo anexo.

12.5.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.5.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.5.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

12.5.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

12.5.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

12.5.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.5.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

12.5.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.5.10. A verificação pelo agente de contratação, em sites eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.5.11. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



12.5.12. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133/2021, art. 64):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.5.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.5.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem.

12.5.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

## 12.6. Qualificação específica

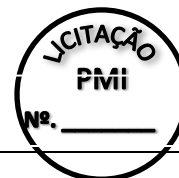
Nos termos das resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) e pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), que regulamentam a emissão de certidões técnicas, se definem os critérios da qualificação técnica que será exigida:

**12.6.1. Capacidade técnico-profissional:** a licitante deverá comprovar possuir no seu quadro, na data prevista para apresentação das propostas desta licitação, pelo menos 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, que comprove ter executado previamente os serviços abaixo listados nos seguintes quantitativos mínimos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD. MÍNIMA EXIGIDA
1	CORPO DE BSCC - SEÇÃO FECHADA DE 3,0 X 3,0 M - PRÉ-MOLDADO - ALTURA DO ATERRO DE 1,00 A 2,50 M - AREIA E BRITA COMERCIAIS	m	213,50
2	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE RACHÃO, COM ESPESSURA DE 40 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	1.569,15
3	ESCORAMENTO COM ESTACAS PRANCHAS METÁLICAS - PROFUNDIDADE ATÉ 6 M	m²	450,00
4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m³	133,60
5	BASEADO - SINAPI (97111) - EXECUÇÃO DE LAJE SOB RADIER EM CONCRETO ARMADO (PCA), FCK = 40 MPA, CAMADA COM	m²	786,50



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



	ESPESSURA DE 15,0 CM. AF_11/2017		
6	ENROCAMENTO DE PEDRA ESPALHADA E COMPACTADA MECANICAMENTE - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m³	643,50
7	PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO USINADO, BOMB., LANÇADO E ADENSADO, ARMADO, FCK=25MPA, ESTAMPADO, COLORIDO, TIPO TECH - STONE OU SIMILAR, E = 10CM, TELA SIMPLES SOLDADA Q61, REGULARIZ. COMPAC. SUBLEITO, LONA PLÁSTICA, INCL. JUNTAS SERRADAS 5X10 A 40MM	m²	621,79
8	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	496,79

A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de um ou mais dos seguintes documentos:

- Cópia autenticada da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a empresa participante como contratante;
- Cópia autenticada do Contrato Social da empresa participante em que conste o profissional como sócio;
- Cópia autenticada de contrato de trabalho devidamente registrado no CREA/CAU da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico; e/ou
- Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

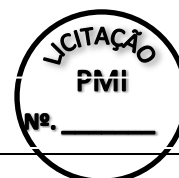
No caso de duas ou mais empresas participantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, as respectivas empresas serão automaticamente desqualificadas do certame.

**Capacidade técnico-operacional (pessoa jurídica):** para a comprovação de qualificação técnico-operacional, a empresa licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, devidamente vinculado a Certidão de Acervo Técnico Operacional - CAO, emitida pelo CREA/CAU, suficiente para comprovar a aptidão em execução de serviços similares, em porte e complexidade, ao objeto desta licitação, contempladas separadamente ou em conjunto em um único atestado, para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação, nos moldes dos artigos 53 a 57 da RESOLUÇÃO do CONFEA N. 1.137, de 5 de abril de 2023, atendendo os seguintes quantitativos mínimos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD. MÍNIMA EXIGIDA
1	CORPO DE BSCC - SEÇÃO FECHADA DE 3,0 X 3,0 M - PRÉ-MOLDADO - ALTURA DO ATERRO DE 1,00 A 2,50 M - AREIA E BRITA COMERCIAIS	m	213,50
2	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE RACHÃO, COM ESPESSURA DE 40 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	1.569,15
3	ESCORAMENTO COM ESTACAS PRANCHAS METÁLICAS - PROFUNDIDADE ATÉ 6 M	m²	450,00
4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m³	133,60
5	BASEADO - SINAPI (97111) - EXECUÇÃO DE LAJE SOB RADIER EM CONCRETO ARMADO (PCA), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 15,0 CM. AF_11/2017	m²	786,50



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



6	ENROCAMENTO DE PEDRA ESPALHADA E COMPACTADA MECANICAMENTE - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m <sup>3</sup>	643,50
7	PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO USINADO, BOMB., LANÇADO E ADENSADO, ARMADO, FCK=25MPA, ESTAMPADO, COLORIDO, TIPO TECH - STONE OU SIMILAR, E = 10CM, TELA SIMPLES SOLDADA Q61, REGULARIZ. COMPAC. SUBLEITO, LONA PLÁSTICA, INCL. JUNTAS SERRADAS 5X10 A 40MM	m <sup>2</sup>	621,79
8	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m <sup>3</sup>	496,79

A empresa deverá apresentar Certificado de Registro (pessoa física), a fim de comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), de todos os responsáveis técnicos que participarão na condução dos serviços contratados, devendo constar, no mínimo, um Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista.

A empresa contratada deverá indicar como responsável técnico, no mínimo: 01 (um) Engenheiro Civil ou 01 (um) Arquiteto.

#### ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO COM RELAÇÃO DE SERVIÇOS

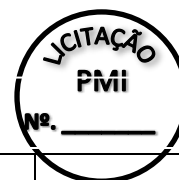
Segue abaixo a relação dos serviços que podem ser encontrados na(s) Certidão(ões) de Acervo Operacional (CAO) anexa(s), devidamente destacados e com referência à página onde se encontram.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT. EMPRESA	N CERTIDÃO	PÁGINA
1	CORPO DE BSCC - SEÇÃO FECHADA DE 3,0 X 3,0 M - PRÉ-MOLDADO - ALTURA DO ATERRO DE 1,00 A 2,50 M - AREIA E BRITA COMERCIAIS	m			
2	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE RACHÃO, COM ESPESSURA DE 40 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m <sup>3</sup>			
3	ESCORAMENTO COM ESTACAS PRANCHAS METÁLICAS - PROFUNDIDADE ATÉ 6 M	m <sup>2</sup>			
4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m <sup>3</sup>			
5	BASEADO - SINAPI (97111) - EXECUÇÃO DE LAJE SOB RADIER EM CONCRETO ARMADO (PCA), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 15,0 CM. AF_11/2017	m <sup>2</sup>			
6	ENROCAMENTO DE PEDRA ESPALHADA E COMPACTADA MECANICAMENTE - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m <sup>3</sup>			
7	PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO USINADO, BOMB., LANÇADO E ADENSADO, ARMADO, FCK=25MPA, ESTAMPADO, COLORIDO, TIPO TECH - STONE OU SIMILAR, E = 10CM, TELA SIMPLES SOLDADA Q61, REGULARIZ. COMPAC. SUBLEITO, LONA PLÁSTICA, INCL. JUNTAS SERRADAS 5X10 A 40MM	m <sup>2</sup>			
8	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES,	m <sup>3</sup>			





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



	COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024				
--	---	--	--	--	--

Segue abaixo a relação dos serviços que podem ser encontrados na(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) anexa(s), devidamente destacados e com referência à página onde se encontram.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT. EMPRESA	N CERTIDÃO	PÁGINA
1	CORPO DE BSCC - SEÇÃO FECHADA DE 3,0 X 3,0 M - PRÉ-MOLDADO - ALTURA DO ATERRO DE 1,00 A 2,50 M - AREIA E BRITA COMERCIAIS	m			
2	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE RACHÃO, COM ESPESSURA DE 40 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m <sup>3</sup>			
3	ESCORAMENTO COM ESTACAS PRANCHAS METÁLICAS - PROFUNDIDADE ATÉ 6 M	m <sup>2</sup>			
4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m <sup>3</sup>			
5	BASEADO - SINAPI (97111) - EXECUÇÃO DE LAJE SOB RADIER EM CONCRETO ARMADO (PCA), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 15,0 CM. AF_11/2017	m <sup>2</sup>			
6	ENROCAMENTO DE PEDRA ESPALHADA E COMPACTADA MECANICAMENTE - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m <sup>3</sup>			
7	PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO USINADO, BOMB., LANÇADO E ADENSADO, ARMADO, FCK=25MPA, ESTAMPADO, COLORIDO, TIPO TECH - STONE OU SIMILAR, E = 10CM, TELA SIMPLES SOLDADA Q61, REGULARIZ. COMPAC. SUBLEITO, LONA PLÁSTICA, INCL. JUNTAS SERRADAS 5X10 A 40MM	m <sup>2</sup>			
8	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m <sup>3</sup>			

### 13. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura da sessão pública.

13.2. A impugnação ou o pedido de esclarecimento deverão ser enviados via sistema, na plataforma <https://licitanet.com.br/>;

Não sendo valida qualquer outra forma de envio;

13.2.1. O documento enviado deverá constar nome e CPF quando pessoa física ou razão social e CNPJ quando pessoa jurídica.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



13.3. O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos ou impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital de licitação e dos anexos.

13.3.1. Excepcionalmente e devidamente justificado, o prazo para resposta dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação poderá ser prorrogado até o último dia útil anterior à data de abertura do certame, promovendo-se, se for o caso, o adiamento da sessão pública.

13.3.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas diretamente no site [www.ilheus.ba.gov.br/site/licitacoes](http://www.ilheus.ba.gov.br/site/licitacoes), e na plataforma <https://licitanet.com.br/>;

13.3.3. A impugnação não possui efeito suspensivo, sendo a sua concessão medida excepcional que deverá ser motivada pelo Agente de contratação nos autos do processo de licitação.

a) Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

#### **14. DOS RECURSOS**

14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, enviado diretamente no sistema, plataforma <https://licitanet.com.br/>, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:

a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de até 60 (sessenta) minutos e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a apreciação dar-se-á em fase única.

14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



recebimento dos autos.

14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **15. DA HOMOLOGAÇÃO**

15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

16.1 O vencedor será convocado para assinar o Contrato, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, cuja vigência será de 12 (doze) meses, conforme estabelecido no Projeto Básico;

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do termo de contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.2.1 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

16.3. A convocação do licitante ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias e na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

16.4. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **19. DO PAGAMENTO**

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas na Minuta de Contrato, anexo a este Edital.

## **20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente de contratação/a durante o certame;

20.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;

20.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

20.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

20.1.5. Fraudar a licitação

20.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.6.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



20.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.2.1. advertência;

20.2.2. multa;

20.2.3. impedimento de licitar e contratar e

20.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

20.3.2. as peculiaridades do caso concreto

20.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

20.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

20.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20.4.1. Para as infrações previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

20.4.2. Para as infrações previstas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

20.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar serão aplicadas aos responsáveis em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6, 20.1.7 e 20.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 20.1.1, 20.1.2 e 20.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas na legislação.

20.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo agente de contratação.

21.3. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

21.4. A homologação do resultado desta licitação, vinculará a execução do objeto com o licitante vencedor e que teve seus atos homologados pela Administração.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



21.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios de isonomia e do interesse público.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.

21.10. O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal da Transparência, [www.ilheus.ba.gov.br](http://www.ilheus.ba.gov.br) e no <https://licitanet.com.br/>;

21.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) ANEXO I – PROJETO BASICO;
- b) ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS;
- c) ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO;
- d) ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
- e) ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;
- f) ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS;
- g) ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;
- h) ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP;
- i) ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO;
- j) ANEXO X – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;
- k) ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

Ilhéus – BA, 28 de abril de 2026

---

**Gabriel de Andrade Cerqueira**  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Defesa Civil

**ANEXO I – PROJETO BÁSICO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026**  
**PROCESSO Nº. 10071/2025**





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



## CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 005/2026

### **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DO REMANESCENTE DA OBRA DE FECHAMENTO CANAL DO MALHADO, BAIRRO MALHADO, ILHÉUS/BA (CONVÊNIO CONDER N.398/2022).**

#### **OBJETO**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DO REMANESCENTE DA OBRA DE FECHAMENTO DO CANAL DO MALHADO, BAIRRO MALHADO, ILHÉUS, BAHIA (CONVÊNIO CONDER 398/2022).

O objeto se classifica como OBRA COMUM, considerando:

Os serviços que compõem o objeto caracterizam a intervenção como obra comum; neste sentido, é oportuno elencar o que dispõe a Lei n.º 14.133/2021, em seu art. 6º, XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico.

O empreendimento em tela se consubstancia na EXECUÇÃO DO REMANESCENTE DA OBRA DE FECHAMENTO DO CANAL DO MALHADO, BAIRRO MALHADO, ILHÉUS, BAHIA (CONVÊNIO CONDER 398/2022), e, com isso, vai inovar o espaço físico e alterar substancialmente as características originais.

Complementarmente, cabe destacar que o empreendimento possui baixa complexidade, ampla disponibilidade de fornecedores e executores no mercado, mão de obra, equipamentos e materiais padronizáveis, além de que as composições de serviço estão integralmente listadas nos sistemas de custos de entes federativos.

#### **DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Em primeiro lugar, é preciso destacar a importância da obra, em si: o fechamento do Canal do Malhado representa uma iniciativa crucial para a melhoria da qualidade de vida e a valorização urbana da região. A obra, que é um remanescente do Convênio CONDER N. 398/2022, visa transformar um canal a céu aberto, que há décadas gera significativos transtornos, em um espaço mais seguro, higiênico e esteticamente agradável. A conclusão deste projeto não é apenas uma questão de infraestrutura, mas um investimento direto no bem-estar da comunidade local.

É preciso atentar para o significativo impacto na saúde pública. Canais abertos muitas vezes se tornam focos de acúmulo de lixo e esgoto, criando um ambiente propício para a proliferação de vetores de doenças, como mosquitos transmissores de dengue, zika e chikungunya, além de roedores e outros parasitas. Ao cobrir o canal, a obra elimina esses riscos, contribuindo para a redução da incidência de doenças e garantindo um ambiente mais saudável para os moradores do bairro e suas adjacências.

Além dos benefícios sanitários, o fechamento do canal é fundamental para a segurança e a acessibilidade da área. Atualmente, a estrutura a céu aberto representa um perigo constante, especialmente para crianças e idosos, que facilmente podem sofrer acidentes. A



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



obra permitirá a criação de um novo espaço de convivência sobre o canal, eliminando o risco de quedas e afogamentos. Essa nova área poderá ser utilizada para o trânsito pedestre, melhorando a mobilidade e a integração do bairro com o restante da cidade.

O aspecto ambiental é outro ponto de grande relevância. O fechamento do canal auxilia na contenção da poluição hídrica e do mau cheiro, que afetam diretamente o ecossistema local e a qualidade do ar. Com a obra, a água da drenagem será conduzida de forma mais controlada e higiênica, evitando o despejo irregular de resíduos e a contaminação do solo e da água. Isso demonstra um compromisso com a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais da cidade.

Do ponto de vista social e econômico, a obra tem o potencial de revitalizar a região. A melhoria do saneamento básico e da infraestrutura valoriza os imóveis e os comércios locais, atraindo novos investimentos e impulsionando a economia do bairro. A transformação do canal em um espaço funcional e atraente certamente incentivará a criação de áreas de lazer e de comércio, fomentando a convivência comunitária e gerando novas oportunidades.

Por outro lado, é preciso detalhar a importância da conclusão do remanescente para não se perder o investimento feito.

Originalmente, a obra em questão foi objeto do contrato n. 139/2022, decorrente do procedimento licitatório n. 9003/2022, na modalidade Regime Diferenciado de Contratação - RDC Eletrônico n. 006/2022, julgado e homologado em 23/06/2022.

O contrato em questão foi firmado com a empresa AMF ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA, no valor total de R\$ 11.497.889,44 (onze milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), tendo início 28/06/2022 e termo final previsto para 27/06/2023.

O vínculo foi prorrogado até 23/12/2024, sem, contudo, ter sido concluído o objeto licitado.

Foram realizados 11 (onze) pagamentos totalizando R\$ 7.305.374,02 (sete milhões, trezentos e cinco mil, trezentos e setenta e quatro reais e dois centavos).

Logo, é possível aduzir que a conclusão da obra é de suma importância para evitar a perda do vultoso investimento já realizado até o momento. A não conclusão não apenas acarretaria o desperdício dos recursos públicos alocados, mas também a desvalorização do patrimônio público e a frustração das expectativas da comunidade. Logo, se mostra imperativo dar continuidade aos trabalhos para que o investimento possa, de fato, se converter em benefícios concretos.

Concluir a obra garante que o dinheiro público aplicado seja devidamente capitalizado em um bem social duradouro. Prolongar a paralisação pode levar ao avanço da deterioração de materiais, à necessidade de refazer etapas já construídas e a custos adicionais para a retomada, anulando considerável parte do planejamento financeiro inicial. A conclusão do remanescente é, portanto, a única forma de assegurar o retorno sobre o investimento e a efetividade da aplicação dos recursos.

#### **JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO**

A decisão estratégica de não parcelar o objeto da contratação para a execução da obra baseia-se em argumentos técnicos, econômicos e administrativos que convergem para a otimização dos resultados e a garantia de um projeto de alta qualidade e durabilidade.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



Contratar a integralidade dos serviços em um único lote, sob a responsabilidade de uma única empresa, representa, no presente caso, a abordagem mais eficiente e benéfica, considerando:

Mesmo que seja a conclusão de obra remanescente, a execução exige uma gestão unificada e coordenação centralizada. O parcelamento em diferentes lotes poderia acarretar múltiplas interfaces de contrato, aumentando exponencialmente os riscos de desalinhamento de cronogramas, divergência de padrões de qualidade entre as etapas e dificuldades na responsabilização em caso de falhas e/ou atrasos. A execução por uma única empresa, por outro lado, garante a integração de todas as fases da obra, desde a fundação até os acabamentos, minimizando retrabalhos e assegurando uma entrega coesa e padronizada.

Do ponto de vista econômico, a unicidade da contratação aumenta a probabilidade de apresentação de propostas mais vantajosas. A aquisição de materiais em maior volume, a mobilização única de equipamentos e equipes, e a otimização dos custos indiretos tendem a resultar em um preço global mais competitivo.

Além disso, a gestão de um único contrato simplifica os processos administrativos, como fiscalização, medições e pagamentos, reduzindo a burocracia e os custos operacionais que seriam gerados pela fragmentação em múltiplos contratos.

Desta forma, no presente caso, o não parcelamento do objeto se traduz em mitigação dos riscos de descontinuidade da obra, garantindo que o investimento público seja efetivado e que o objeto seja entregue em sua totalidade e no prazo previsto.

### **LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Nos termos do art. 21, III, do Decreto Municipal n. 269, de 14 de janeiro de 2025, deve ser realizado levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar. Cumpre a análise individualizada das alíneas previstas: “a) ser consideradas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração”: os serviços que compõem a obra objeto são objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, todos referenciados em sistemas de custos de entes federativos, razão pela qual a pesquisa indicada não foi empreendida. “b) ser realizada audiência e/ou consulta pública, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições”: mesma justificativa da alínea anterior. “c) em caso de possibilidade de compra, locação de bens ou do acesso a bens, ser avaliados os custos e os benefícios de cada opção para escolha da alternativa mais vantajosa, prospectando-se arranjos inovadores em sede de economia circular”: não se aplica à presente contratação. “d) ser consideradas outras opções logísticas menos onerosas à Administração, tais como chamamentos públicos de doação e permutas”: não se aplica.

### **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ADOTADA**

A descrição detalhada da solução adotada consta no memorial descritivo e demais documentos apensados ao presente

### **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



Sustentabilidade: a contratada deverá cumprir os requisitos contidos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, bem como respeitar as normas e legislações ambientais vigentes, tendo as licenças necessárias para a atividade, com o devido monitoramento os impactos ambientais.

Qualificação Técnica: conforme descrito no anexo CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA.

### **ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES**

Os quantitativos estimados para a contratação são resultantes do levantamento de necessidade de serviços, material, insumos e equipamentos realizados por profissional habilitado, com a devida emissão de Anotação ou Registro de Responsabilidade Técnica (ART/RRT), com detalhamentos constantes do memorial de cálculo anexo.

### **ESTIMATIVA DE VALOR**

O preço total estimado é de R\$ 10.157.675,42 (dez milhões, cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e setenta e cinco reais e quarenta e dois centavos).

### **PRAZO**

Prazo contrato: 12 (doze) meses, contados da assinatura.

Prazo execução: 12 (doze) meses, contados da emissão da respectiva ordem de serviços.

### **DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

Em razão de sua superveniência, a contratação analisada ainda não foi incluída no Plano de Contratações Anual.

### **DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS**

Geração de resíduos da construção civil, como entulho, sobras de materiais, embalagens e terra. O descarte inadequado desses materiais pode contaminar o solo e a água, além de prejudicar a paisagem local. Para mitigar esse impacto, cabe a destinação para locais licenciados para tratamento, reciclagem ou descarte final, a depender do caso, e conforme a legislação ambiental vigente, se priorizando a valorização dos resíduos.

Durante a fase de construção, a emissão de poeira e ruído provenientes da movimentação de máquinas e equipamentos é um impacto temporário, mas que pode causar desconforto à comunidade vizinha e, em casos extremos, afetar a qualidade do ar e o bem-estar da fauna local. Para mitigar a poeira, será realizada a pulverização de água nas vias de acesso e no canteiro de obras em dias secos. Quanto ao ruído, o uso de equipamentos com manutenção em dia e silenciadores, além da limitação dos horários de trabalho para evitar picos de ruído em períodos de descanso da população, são medidas essenciais para minimizar os incômodos.

Todas as atividades deverão ser fiscalizadas de forma contínua a fim garantir a aplicação das medidas mitigadoras e o cumprimento das normas ambientais.

### **RESULTADOS PRETENDIDOS**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



O principal resultado pretendido com a conclusão da obra de fechamento do Canal do Malhado é a completa requalificação urbanística e ambiental de uma área crítica do bairro. Espera-se que, ao encapsular o canal de drenagem, seja eliminada a atual degradação visual e sanitária, transformando o local em um ativo para a comunidade. Este novo cenário resultará em um ambiente mais limpo, seguro e propício ao convívio social e ao desenvolvimento econômico.

Um dos resultados mais urgentes é a melhoria substancial na saúde pública dos moradores. O fechamento do canal eliminará os focos de insalubridade, como o acúmulo de lixo e a exposição de efluentes, que atualmente servem como criadouros de mosquitos e vetores de doenças. A meta é reduzir a incidência de doenças de veiculação hídrica e vetorial na área de abrangência, proporcionando um ar mais limpo e um ambiente livre de odores desagradáveis, impactando positivamente a qualidade de vida.

No que tange à segurança e à mobilidade, o resultado almejado é a criação de uma área de superfície segura e funcional. Ao cobrir o canal, será possível eliminar o risco de acidentes, como quedas e afogamentos, que hoje representam um perigo constante. Além disso, a nova superfície pavimentada deverá ampliar a área de circulação e facilitar o tráfego de pedestres e veículos, conectando melhor as diferentes partes do bairro e integrando a comunidade.

Ambientalmente, a obra busca como resultado a contenção eficaz da poluição e a preservação do ecossistema local. O projeto visa garantir que o fluxo de drenagem ocorra de maneira controlada, minimizando a contaminação do solo e das águas superficiais. Espera-se que a intervenção contribua para a diminuição do despejo irregular de resíduos, estabelecendo um padrão de gestão de águas pluviais mais responsável e sustentável na região.

Um resultado socioeconômico de grande importância é a valorização imobiliária e o estímulo ao comércio local. A melhoria da infraestrutura e o saneamento básico tendem a aumentar o valor percebido dos imóveis vizinhos. A intenção é que a revitalização da área atraia novos investimentos e gere um ambiente mais propício para o estabelecimento de pequenos negócios, criando oportunidades de emprego e renda para os residentes do Malhado.

No âmbito comunitário, o resultado esperado é o resgate da autoestima e do sentimento de pertencimento dos moradores. Ao transformar uma área antes vista como problema em um espaço de utilidade pública e convivência, fomenta-se um maior engajamento cívico. O projeto visa criar um ponto de encontro e lazer, incentivando a ocupação positiva do espaço e fortalecendo os laços sociais entre os vizinhos.

Em suma, a conclusão do fechamento do Canal do Malhado é uma obra multifacetada, com reflexos positivos na saúde, segurança, meio ambiente e economia municipal. Se mostra um passo decisivo para concretizar um projeto que não apenas resolve problemas históricos de infraestrutura, mas também eleva a qualidade de vida, promovendo o desenvolvimento sustentável e a dignidade dos cidadãos ilheenses.

### **PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO**

Não serão necessárias adequações de infraestrutura física ou tecnológica, de espaço físico, de logística ou outras providências.

### **CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes vigentes que se relacionem diretamente ao objeto.

## CONCLUSÃO

As informações obtidas e compiladas neste documento demonstram que a contratação é viável, com elementos técnicos que a justificam, se mostrando adequada para atender à necessidade detectada.

## ANEXO I - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**Capacidade técnico-profissional:** a licitante deverá comprovar possuir no seu quadro, na data prevista para apresentação das propostas desta licitação, pelo menos 01 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista, detentor(es) de atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida pelo CREA/CAU, que comprove ter executado previamente os serviços abaixo listados nos seguintes quantitativos mínimos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD. MÍNIMA EXIGIDA
1	CORPO DE BSCC - SEÇÃO FECHADA DE 3,0 X 3,0 M - PRÉ-MOLDADO - ALTURA DO ATERRO DE 1,00 A 2,50 M - AREIA E BRITA COMERCIAIS	m	213,50
2	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE RACHÃO, COM ESPESSURA DE 40 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	1.569,15
3	ESCORAMENTO COM ESTACAS PRANCHAS METÁLICAS - PROFUNDIDADE ATÉ 6 M	m²	450,00
4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m³	133,60
5	BASEADO - SINAPI (97111) - EXECUÇÃO DE LAJE SOB RADIER EM CONCRETO ARMADO (PCA), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 15,0 CM. AF_11/2017	m²	786,50
6	ENROCAMENTO DE PEDRA ESPALHADA E COMPACTADA MECANICAMENTE - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m³	643,50
7	PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO USINADO, BOMB., LANÇADO E ADENSADO, ARMADO, FCK=25MPA, ESTAMPADO, COLORIDO, TIPO TECH - STONE OU SIMILAR, E = 10CM, TELA SIMPLES SOLDADA Q61, REGULARIZ. COMPAC. SUBLEITO, LONA PLÁSTICA, INCL. JUNTAS SERRADAS 5X10 A 40MM	m²	621,79
8	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	496,79

A comprovação de vínculo profissional se fará com a apresentação de um ou mais dos seguintes documentos:

- Cópia autenticada da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a empresa participante como contratante;
- Cópia autenticada do Contrato Social da empresa participante em que conste o profissional como sócio;
- Cópia autenticada de contrato de trabalho devidamente registrado no CREA/CAU da região competente, em que conste o profissional como responsável técnico; e/ou





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



d) Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

No caso de duas ou mais empresas participantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, as respectivas empresas serão automaticamente desqualificadas do certame.

**Capacidade técnico-operacional (pessoa jurídica):** para a comprovação de qualificação técnico-operacional, a empresa licitante deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica, de direito público ou privado, devidamente vinculado a Certidão de Acervo Técnico Operacional - CAO, emitida pelo CREA/CAU, suficiente para comprovar a aptidão em execução de serviços similares, em porte e complexidade, ao objeto desta licitação, contempladas separadamente ou em conjunto em um único atestado, para desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto da licitação, nos moldes dos artigos 53 a 57 da RESOLUÇÃO do CONFEA N. 1.137, de 5 de abril de 2023, atendendo os seguintes quantitativos mínimos:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QTD. MÍNIMA EXIGIDA
1	CORPO DE BSCC - SEÇÃO FECHADA DE 3,0 X 3,0 M - PRÉ-MOLDADO - ALTURA DO ATERRO DE 1,00 A 2,50 M - AREIA E BRITA COMERCIAIS	m	213,50
2	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE RACHÃO, COM ESPESSURA DE 40 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	1.569,15
3	ESCORAMENTO COM ESTACAS PRANCHAS METÁLICAS - PROFUNDIDADE ATÉ 6 M	m²	450,00
4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m³	133,60
5	BASEADO - SINAPI (97111) - EXECUÇÃO DE LAJE SOB RADIER EM CONCRETO ARMADO (PCA), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 15,0 CM. AF_11/2017	m²	786,50
6	ENROCAMENTO DE PEDRA ESPALHADA E COMPACTADA MECANICAMENTE - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m³	643,50
7	PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO USINADO, BOMB., LANÇADO E ADENSADO, ARMADO, FCK=25MPA, ESTAMPADO, COLORIDO, TIPO TECH - STONE OU SIMILAR, E = 10CM, TELA SIMPLES SOLDADA Q61, REGULARIZ. COMPAC. SUBLEITO, LONA PLÁSTICA, INCL. JUNTAS SERRADAS 5X10 A 40MM	m²	621,79
8	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	496,79

A empresa deverá apresentar Certificado de Registro (pessoa física), a fim de comprovar registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), de todos os responsáveis técnicos que participarão na condução dos serviços contratados, devendo constar, no mínimo, um Engenheiro Civil ou Arquiteto e Urbanista.

A empresa contratada deverá indicar como responsável técnico, no mínimo: 01 (um) Engenheiro Civil ou 01 (um) Arquiteto.

## ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO COM RELAÇÃO DE SERVIÇOS

Segue abaixo a relação dos serviços que podem ser encontrados na(s) Certidão(ões) de Acervo Operacional (CAO) anexa(s), devidamente destacados e com referência à página



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



onde se encontram.

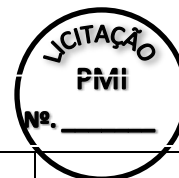
ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT. EMPRESA	N CERTIDÃO	PÁGINA
1	CORPO DE BSCC - SEÇÃO FECHADA DE 3,0 X 3,0 M - PRÉ-MOLDADO - ALTURA DO ATERRO DE 1,00 A 2,50 M - AREIA E BRITA COMERCIAIS	m			
2	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE RACHÃO, COM ESPESSURA DE 40 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m <sup>3</sup>			
3	ESCORAMENTO COM ESTACAS PRANCHAS METÁLICAS - PROFUNDIDADE ATÉ 6 M	m <sup>2</sup>			
4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m <sup>3</sup>			
5	BASEADO - SINAPI (97111) - EXECUÇÃO DE LAJE SOB RADIER EM CONCRETO ARMADO (PCA), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 15,0 CM. AF_11/2017	m <sup>2</sup>			
6	ENROCAMENTO DE PEDRA ESPALHADA E COMPACTADA MECANICAMENTE - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m <sup>3</sup>			
7	PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO USINADO, BOMB., LANÇADO E ADENSADO, ARMADO, FCK=25MPA, ESTAMPADO, COLORIDO, TIPO TECH - STONE OU SIMILAR, E = 10CM, TELA SIMPLES SOLDADA Q61, REGULARIZ. COMPAC. SUBLEITO, LONA PLÁSTICA, INCL. JUNTAS SERRADAS 5X10 A 40MM	m <sup>2</sup>			
8	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m <sup>3</sup>			

Segue abaixo a relação dos serviços que podem ser encontrados na(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) anexa(s), devidamente destacados e com referência à página onde se encontram.

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	QUANT. EMPRESA	N CERTIDÃO	PÁGINA
1	CORPO DE BSCC - SEÇÃO FECHADA DE 3,0 X 3,0 M - PRÉ-MOLDADO - ALTURA DO ATERRO DE 1,00 A 2,50 M - AREIA E BRITA COMERCIAIS	m			
2	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE RACHÃO, COM ESPESSURA DE 40 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m <sup>3</sup>			
3	ESCORAMENTO COM ESTACAS PRANCHAS METÁLICAS - PROFUNDIDADE ATÉ 6 M	m <sup>2</sup>			
4	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m <sup>3</sup>			



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



5	BASEADO - SINAPI (97111) - EXECUÇÃO DE LAJE SOB RADIER EM CONCRETO ARMADO (PCA), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 15,0 CM. AF_11/2017	m <sup>2</sup>			
6	ENROCAMENTO DE PEDRA ESPALHADA E COMPACTADA MECANICAMENTE - PEDRA DE MÃO COMERCIAL - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	m <sup>3</sup>			
7	PAVIMENTAÇÃO EM CONCRETO USINADO, BOMB., LANÇADO E ADENSADO, ARMADO, FCK=25MPA, ESTAMPADO, COLORIDO, TIPO TECH - STONE OU SIMILAR, E = 10CM, TELA SIMPLES SOLDADA Q61, REGULARIZ. COMPAC. SUBLEITO, LONA PLÁSTICA, INCL. JUNTAS SERRADAS 5X10 A 40MM	m <sup>2</sup>			
8	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m <sup>3</sup>			

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pela licitante

**ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO Nº XXX/2026**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026**  
**PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 10071/2025**  
**CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2026**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



DADOS DA EMPRESA		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:		
E-MAIL:		TELEFONE:
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº:	CONTA CORRENTE Nº:
VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:	PRAZO DE EXECUÇÃO:	

PLANILHA DE PREÇO

Item	Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Valor Unit com BDI	Total	Peso (%)
1			SERVIÇOS INICIAIS		1		15.627,87	15.627,87	0,15 %
1.2			INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS		1		15.627,87	15.627,87	0,15 %
1.2.5	10491	ORSE	Aluguel de container - Banheiro com 4 chuveiros, 1 lavatório, 1 mictório e 4 bacias - 6,20 x 2,40m	mês	3	1.800,00	2.232,56	6.697,68	0,07 %
1.2.6	4657	ORSE	Locação de container - Escritório com banheiro - 6,20 x 2,40m - Rev 02_02/2022	mês	3	1.600,00	1.984,49	5.953,47	0,06 %
1.2.7	4654	ORSE	Locação de container - Almoxarifado sem banheiro - 6,00 x 2,40m - Rev 02_02/2022	mês	3	800,00	992,24	2.976,72	0,03 %
2			ADMINISTRAÇÃO LOCAL		1		66.415,24	66.415,24	0,65 %
2.1	CPU_003	Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA	un	4	13.386,80	16.603,81	66.415,24	0,65 %
3			REDE DE DRENAGEM		1		2.705.000,23	2.705.000,23	26,63 %
3.1			GALERIA RETANGULAR		1		2.705.000,23	2.705.000,23	26,63 %
3.1.1			DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES		1		54.166,33	54.166,33	0,53 %
3.1.1.1	97627	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PILARES E VIGAS EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	3,41	53,74	66,65	227,27	0,00 %
3.1.1.2	13	ORSE	Demolição de concreto manualmente	m³	152,31	285,53	354,14	53.939,06	0,53 %
3.1.7			SUPERESTRUTURA		1		2.615.872,52	2.615.872,52	25,75 %
3.1.7.1	5914637	SICRO 3	Transporte com cavalo mecânico com semirreboque com capacidade de 20 t - rodovia pavimentada	tkm	741560,75	0,85	1,05	778.638,78	7,67 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



3.1.7.2	5909130	SICRO 3	Carga e manobra de aduelas de concreto pré-moldadas em cavalo mecânico com semirreboque 20 t - carga com caminhão guindauto com capacidade de elevação de 11,9 t	t	1152,31	27,84	34,53	39.789,26	0,39 %
3.1.7.3	6817873	SICRO 3	Corpo de BSCC - seção fechada de 3,0 x 3,0 m - pré-moldado - altura do aterro de 1,00 a 2,50 m - areia e brita comerciais	m	372	3.895,67	4.831,84	1.797.444,48	17,70 %
3.1.8			INTERLIGAÇÕES DE REDE PLUVIAL		1		34.961,38	34.961,38	0,34 %
3.1.8.1	2003638	SICRO 3	Boca de lobo dupla - grelha de concreto - BLDG 03 - areia e brita comerciais	un	2	2.975,35	3.690,36	7.380,72	0,07 %
3.1.8.2	2003983	SICRO 3	Tubo PEAD para drenagem - D = 400 mm - fornecimento e instalação	m	11,2	243,95	302,57	3.388,78	0,03 %
3.1.8.3	2003630	SICRO 3	Boca de lobo simples - grelha de concreto - BLSG 03 - areia e brita comerciais	un	12	1.625,39	2.015,99	24.191,88	0,24 %
4			PAVIMENTAÇÃO - PISTA DE ROLAMENTO LATERAL		1		2.836.636,34	2.836.636,34	27,93 %
4.1			DEMOLIÇÕES		1		125.433,90	125.433,90	1,23 %
4.1.1	DEM-CON-025	SETOP	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES - COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO, INCLUSIVE AFASTAMENTO	m³	702,9	87,45	108,46	76.236,53	0,75 %
4.1.2	100984	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_02/2026	m³	913,77	8,93	11,07	10.115,43	0,10 %
4.1.3	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_02/2026	M3XKM	11879,01	2,66	3,29	39.081,94	0,38 %
4.2			ESCAVAÇÃO E TERRAPLENAGEM		1		301.988,38	301.988,38	2,97 %
4.2.1	101139	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 2ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	m³	3239,96	21,41	26,55	86.020,93	0,85 %
4.2.2	100975	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_02/2026	m³	4511,94	8,23	10,20	46.021,78	0,45 %
4.2.3	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_02/2026	M3XKM	51655,22	2,66	3,29	169.945,67	1,67 %
4.3			EXECUÇÃO DE BASE E SUB-BASE DO PAVIMENTO		1		1.402.373,26	1.402.373,26	13,81 %
4.3.1	96399	SINAPI	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE RACHÃO, COM ESPESSURA DE 40 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	370,45	138,95	172,34	63.843,35	0,63 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



4.3.2	96396	SINAPI	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	693,57	202,55	251,22	174.238,65	1,72 %
4.3.3	100998	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 10 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: T). AF_02/2026	T	9194,8	6,24	7,73	71.075,80	0,70 %
4.3.4	93598	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	168011,79	1,65	2,04	342.744,05	3,37 %
4.3.5	6316	ORSE	Lastro de areia	m³	788,08	141,80	175,87	138.599,62	1,36 %
4.3.6	100324	SINAPI	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR (PEDRA BRITADA N.1 E PEDRA BRITADA N.2), APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE *10 CM*. AF_01/2024	m³	1102,68	209,32	259,62	286.277,78	2,82 %
4.3.7	1505877	SICRO 3	Enrocamento de pedra espalhada e compactada mecanicamente - pedra de mão comercial - fornecimento e assentamento	m³	1287	193,61	240,13	309.047,31	3,04 %
4.3.8	2003866	SICRO 3	Aplicação de geotêxtil não-tecido agulhado com resistência à tração longitudinal de 14 kN/m	m²	1698,84	7,86	9,74	16.546,70	0,16 %
4.4			<b>EXECUÇÃO DA CAMADA DE REVESTIMENTO DO PAVIMENTO</b>		1		582.319,99	582.319,99	5,73 %
4.4.1	2592	ORSE	Imprimação - execução com fornecimento de material	m²	5343,85	11,00	13,64	72.890,11	0,72 %
4.4.2	95995	SINAPI	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ASFÁLTICO, CAMADA DE ROLAMENTO - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_10/2025	m³	267,19	1.491,55	1.849,98	494.296,15	4,87 %
4.4.3	100988	SINAPI	CARGA DE MISTURA ASFÁLTICA EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ (UNIDADE: M3). AF_02/2026	m³	267,19	11,16	13,84	3.697,90	0,04 %
4.4.4	93593	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, ADICIONAL PARA DMT EXCEDENTE A 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_02/2026	M3XKM	10687,7	0,87	1,07	11.435,83	0,11 %
4.5			<b>DRENAGEM INDIRETA</b>		1		86.709,48	86.709,48	0,85 %
4.5.1	102697	SINAPI	DRENO ESPINHA DE PEIXE (SEÇÃO 0,50 X 0,80 M), COM TUBO DE PÉAD CORRUGADO PERFURADO, DN 100 MM, ENCHIMENTO COM BRITA, ENVOLVIDO COM MANTA GEOTÊXTIL, INCLUSIVE CONEXÕES. AF_07/2021	M	572	122,22	151,59	86.709,48	0,85 %
4.6			<b>MEIO FIO E SARJETA</b>		1		99.353,82	99.353,82	0,98 %
4.6.1	94269	SINAPI	GUIA (MEIO-FIO) E SARJETA CONJUGADOS DE CONCRETO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO RETO COM EXTRUSORA, 60 CM BASE (15 CM BASE DA GUIA + 45 CM BASE DA SARJETA) X 26 CM ALTURA. AF_01/2024	M	592,87	95,52	118,47	70.237,30	0,69 %
4.6.2	94276	SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO CURVO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA).	M	568,46	41,30	51,22	29.116,52	0,29 %





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



			AF_01/2024						
4.7			ACESSIBILIDADE		1		162.843,34	162.843,34	1,60 %
4.7.1	94990	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, NÃO ARMADO. AF_08/2022	m³	133,08	986,57	1.223,65	162.843,34	1,60 %
4.8			SINALIZAÇÃO		1		75.614,17	75.614,17	0,74 %
4.8.1			SINALIZAÇÃO VERTICAL		1		17.949,37	17.949,37	0,18 %
4.8.1.1	4648	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa circular padrão dnit diam. = 0,75m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50, inclusive mão de obra - Rev 01/2023	un	7	612,91	760,19	5.321,33	0,05 %
4.8.1.2	4650	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa octogonal de aço, padrão dnit, largura=0,75m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50, inclusive mão de obra - Rev 01/2023	un	12	619,91	768,88	9.226,56	0,09 %
4.8.1.3	2555	ORSE	Placa 20x35 em chapa esmaltada para identificação de logradouros	un	3	96,95	120,24	360,72	0,00 %
4.8.1.4	4649	ORSE	Sinalização permanente, vertical, com placa triangular de aço, padrão dnit, largura=0,90m, com poste de madeira 3,50m fixado com base de concreto 40x40x50, inclusive mão de obra - Rev 01/2023	un	4	612,91	760,19	3.040,76	0,03 %
4.8.2			SINALIZAÇÃO HORIZONTAL		1		57.664,80	57.664,80	0,57 %
4.8.2.1	11688	ORSE	Sinalização horizontal rodoviária, com tinta retrorrefletiva à base de resina acrílica com microesferas de vidro	m²	145,39	38,35	47,56	6.914,74	0,07 %
4.8.2.2	102507	SINAPI	PINTURA DE DEMARCAÇÃO DE VAGA COM TINTA EPÓXI, E = 10 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M	603,2	7,55	9,36	5.645,95	0,06 %
4.8.2.3	102513	SINAPI	PINTURA DE SÍMBOLOS E TEXTOS COM TINTA ACRÍLICA, DEMARCAÇÃO COM FITA ADESIVA E APLICAÇÃO COM ROLO. AF_05/2021	m²	633,93	57,37	71,15	45.104,11	0,44 %
5			URBANIZAÇÃO		1		1.406.968,61	1.406.968,61	13,85 %
5.1			PAVIMENTAÇÃO E ACESSIBILIDADE		1		596.983,17	596.983,17	5,88 %
5.1.1			PISO		1		430.591,52	430.591,52	4,24 %
5.1.1.1	94342	SINAPI	ATERRO MANUAL DE VALAS COM AREIA PARA ATERRO. AF_08/2023	m³	439,92	133,03	164,99	72.582,40	0,71 %
5.1.1.2	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_02/2026	M3XKM	12124,3	2,66	3,29	39.888,94	0,39 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



5.1.1.3	2188	ORSE	Pavimentação em concreto usinado, bomb., lançado e adensado, armado, fck=25mpa, estampado, colorido, tipo tech - stone ou similar, e = 10cm, tela simples soldada q61, regulariz. compac. subleito, lona plástica, incl. juntas serradas 5x10 a 40mm	m²	1243,58	174,55	216,49	269.222,63	2,65 %
5.1.1.4	2200	ORSE	Aplicação de resina sobre revestimento de pedra piso ou parede	m²	1243,58	23,58	29,24	36.362,27	0,36 %
5.1.1.5	88414	SINAPI	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM SUPERFÍCIES INTERNAS DA SACADA DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS. AF_03/2024	m²	1243,58	8,13	10,08	12.535,28	0,12 %
5.1.2			<b>PISTA DE COOPER</b>		1		69.055,72	69.055,72	0,68 %
5.1.2.1	94995	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_08/2022	m²	432,68	97,42	120,83	52.280,72	0,51 %
5.1.2.2	102492	SINAPI	PINTURA DE PISO COM TINTA ACRÍLICA, APLICAÇÃO MANUAL, 3 DEMÃOS, INCLUSO FUNDO PREPARADOR. AF_05/2021	m²	432,68	31,26	38,77	16.775,00	0,17 %
5.1.3			<b>ACESSIBILIDADE</b>		1		97.335,93	97.335,93	0,96 %
5.1.3.1	101094	SINAPI	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE BORRACHA, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_02/2026	M	295,6	256,32	317,91	93.974,19	0,93 %
5.1.3.2	12436	ORSE	Rampa padrão (trapezoidal) para acesso de deficientes em passeio público, em concreto simples Fck=25MPa, desempolada, pintada em novacor, 02 demãos e pisotátil de alerta/direcional. Rev 01_07/2025	un	6	451,74	560,29	3.361,74	0,03 %
5.2			<b>MOBILIÁRIO URBANO</b>		1		144.254,68	144.254,68	1,42 %
5.2.1			<b>DIVERSOS ITENS E ACESSÓRIOS</b>		1		46.402,05	46.402,05	0,46 %
5.2.1.1	2411	ORSE	Banco com encosto, compr=1,50m, largura=30cm, pé de ferro fundido e com 10 réguas de madeira, inclusive pintura	un	26	1.100,00	1.364,34	35.472,84	0,35 %
5.2.1.2	12114	ORSE	Mesa c/ tampo Ø=1,00m em concreto armado polido sobre tubo de concreto armado Ø=0,40m, e 4 bancos em concreto armado Ø=0,40m, com pintura acrílica cor cinza grafite da Coral ou similar.	Un	7	780,88	968,53	6.779,71	0,07 %
5.2.1.3	10536	ORSE	Lixeira em fibra de vidro, com capacidade 50l, com suporte (poste), FIOBERGLASS, REF. CLPD1085 ou similar	un	10	334,56	414,95	4.149,50	0,04 %
5.2.2			<b>PERGOLADO</b>		1		97.852,63	97.852,63	0,96 %
5.2.2.1	103314	SINAPI	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	m²	191,68	258,36	320,44	61.421,93	0,60 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



5.2.2.2	CPU_2 6	Próprio	Fornecimento e instalação de chapas de policarbonato alveolar, branca, 6mm com emendas e acabamento em policarbonato, aplicado em toldo/cobertura/fechamento/etc. Ref.: ORSE (13358) 11/2025	m²	191,6 8	153,24	190,06	36.430,70	0,36 %
5.3			<b>ACADEMIA AO AR LIVRE</b>		1		144.373,81	144.373,81	1,42 %
5.3.1			<b>EQUIPAMENTOS</b>		1		89.959,63	89.959,63	0,89 %
5.3.1.1	103187	SINAPI	INSTALAÇÃO DE SIMULADOR DE CAMINHADA TRIPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	4	4.897,39	6.074,29	24.297,16	0,24 %
5.3.1.2	103186	SINAPI	INSTALAÇÃO DE MULTIEXERCITADOR COM SEIS FUNÇÕES, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	3	6.499,02	8.060,81	24.182,43	0,24 %
5.3.1.3	103188	SINAPI	INSTALAÇÃO DE SIMULADOR DE CAVALGADA TRIPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	4	5.258,62	6.522,33	26.089,32	0,26 %
5.3.1.4	103205	SINAPI	INSTALAÇÃO DE PRESSÃO DE PERNAS TRIPLO, EM TUBO DE AÇO CARBONO - EQUIPAMENTO DE GINÁSTICA PARA ACADEMIA AO AR LIVRE / ACADEMIA DA TERCEIRA IDADE - ATI, INSTALADO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_10/2021	UN	3	4.136,25	5.130,24	15.390,72	0,15 %
5.3.2			<b>PERGOLADO</b>		1		54.414,18	54.414,18	0,54 %
5.3.2.1	103314	SINAPI	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	m²	106,5 9	258,36	320,44	34.155,69	0,34 %
5.3.2.2	CPU_2 6	Próprio	Fornecimento e instalação de chapas de policarbonato alveolar, branca, 6mm com emendas e acabamento em policarbonato, aplicado em toldo/cobertura/fechamento/etc. Ref.: ORSE (13358) 11/2025	m²	106,5 9	153,24	190,06	20.258,49	0,20 %
5.4			<b>PARQUE INFANTIL</b>		1		75.156,29	75.156,29	0,74 %
5.4.1	C3647	SEINF RA	GANGORRA C/ 02 PRANCHAS, CONFECÇÃO EM TUBO VAPOR E PINTURA ESMALTE SINTÉTICO	UN	1	1.112,16	1.379,42	1.379,42	0,01 %
5.4.2	C3645	SEINF RA	ESCORREGADOR PEQUENO, CONFECÇÃO EM TUBO VAPOR E PINTURA ESMALTE SINTÉTICO	UN	1	816,42	1.012,61	1.012,61	0,01 %
5.4.3	9160	ORSE	Brinquedo - Gira-gira (carrossel ø=1,70m), em tubo de ferro galvanizado de 1 1/2" e assento em chapa galvanizada e=1/4", sergipark ou similar	un	1	3.903,48	4.841,53	4.841,53	0,05 %
5.4.4	2406	ORSE	Balanço 3 lugares em aço industrial ou madeira, Sergipark ou similar	un	1	2.830,00	3.510,08	3.510,08	0,03 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



5.4.5	94993	SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 6 CM, ARMADO. AF_08/2022	m²	142,61	80,05	99,28	14.158,32	0,14 %
5.4.6	C4833	SEINFRA	PISO EMBORRACHADO, DRENANTE E ANTI-IMPACTO, COMPOSTO POR PARTÍCULAS DE BORRACHA RECICLADA PRENSADA, PIGMENTADA E ATÓXICA, 50X50X2,5CM (FORNECIMENTO E EXECUÇÃO)	m²	142,61	284,12	352,39	50.254,33	0,49 %
5.5			<b>SEGURANÇA (GUARDA-CORPO)</b>		1		14.002,24	14.002,24	0,14 %
5.5.1	8666	ORSE	Guarda-corpo em madeira reflorestada (eucalipto), h=1,00m	m	56	201,60	250,04	14.002,24	0,14 %
5.6			<b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS</b>		1		179.907,06	179.907,06	1,77 %
5.6.1			<b>CABOS</b>		1		30.712,13	30.712,13	0,30 %
5.6.1.1	91932	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	913,89	19,91	24,69	22.563,94	0,22 %
5.6.1.2	91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	185,72	5,16	6,40	1.188,60	0,01 %
5.6.1.3	9968	ORSE	Cabo de cobre flexível isolado, seção 35mm², 450/ 750v / 70°C	m	0,5	61,63	76,44	38,22	0,00 %
5.6.1.4	91930	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 6 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	484,02	11,13	13,80	6.679,47	0,07 %
5.6.1.5	8071	ORSE	Cabo de cobre isolado em EPR flexível unipolar 70mm² - 0,6Kv/1Kv/90°	m	2	97,52	120,95	241,90	0,00 %
5.6.2			<b>ACESSÓRIOS E DISPOSITIVOS</b>		1		120.192,09	120.192,09	1,18 %
5.6.2.1	C0626	SEINFRA	CAIXA DE PASSAGEM COM TAMPA PARAFUSADA 100X100X80mm	UN	19	30,38	37,68	715,92	0,01 %
5.6.2.2	060235	SBC	RELE FOTOELETRICO 1000W-127V	UN	11	44,84	55,61	611,71	0,01 %
5.6.2.3	101659	SINAPI	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 181 W ATÉ 239 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_02/2025_PS	UN	44	451,72	560,27	24.651,88	0,24 %
5.6.2.4	2842	ORSE	Fornecimento de armação secundária 1 estribo	un	3	26,08	32,34	97,02	0,00 %
5.6.2.5	101555	SINAPI	ALÇA PREFORMADA DE DISTRIBUIÇÃO, EM AÇO GALVANIZADO, AWG 4 - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2025	UN	2	10,31	12,78	25,56	0,00 %
5.6.2.6	12370	ORSE	Cabo de cobre nú 10 mm² - fornecimento e assentamento (10,85m/kg)	kg	2	141,30	175,25	350,50	0,00 %
5.6.2.7	96985	SINAPI	HASTE DE ATERRAMENTO, DIÂMETRO 5/8", COM 3 METROS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2023	UN	1	89,01	110,40	110,40	0,00 %
5.6.2.8	2910	ORSE	Fornecimento de parafuso cabeça abaulada 16 x 70mm	un	1	14,35	17,79	17,79	0,00 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



5.6.2.9	10794	ORSE	Poste circular de concreto 7/150 - fornecimento e assentamento	un	1	1.108,93	1.375,41	1.375,41	0,01 %
5.6.2.10	2953	ORSE	Fornecimento de sapatilha p/ cabo de aço até 9,5mm	un	2	2,95	3,65	7,30	0,00 %
5.6.2.11	4527	ORSE	Quadro de medição trifásica em Noril com lente para leitura	un	1	757,81	939,92	939,92	0,01 %
5.6.2.12	CPU_27	Próprio	Quadro de distribuição de embutir, em resina termoplástica, para até 12 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores. Ref.: ORSE (13730) 11/2025	un	1	372,83	462,42	462,42	0,00 %
5.6.2.13	C4983	SEINFRA	LUMINÁRIA 4 PÉTALAS EM POSTE DE CONCRETO CIRCULAR H=12M, ALTURA LIVRE 10,20M, LÂMPADA VAPOR METÁLICO DE 400W, INCLUSIVE O POSTE	UN	14	5.230,61	6.487,59	90.826,26	0,89 %
5.6.3			<b>DISJUNTORES</b>		1		808,21	808,21	0,01 %
5.6.3.1	93672	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 40A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1	87,93	109,06	109,06	0,00 %
5.6.3.2	9041	ORSE	Dispositivo de proteção contra surto de tensão DPS 60kA - 275v	un	4	88,25	109,45	437,80	0,00 %
5.6.3.3	93668	SINAPI	DISJUNTOR TRIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	1	69,22	85,85	85,85	0,00 %
5.6.3.4	37.13.600	CPOS/CDHU	Disjuntor termomagnético, unipolar 127/220 V, corrente de 10 A até 30 A	UN	5	28,30	35,10	175,50	0,00 %
5.6.4			<b>ELETRODUTOS</b>		1		28.194,63	28.194,63	0,28 %
5.6.4.1	355	ORSE	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 40mm (1 1/4")	m	3	22,71	28,16	84,48	0,00 %
5.6.4.2	352	ORSE	Eletroduto de pvc rígido roscável, diâm = 20mm (1/2")	m	2	11,77	14,59	29,18	0,00 %
5.6.4.3	7891	ORSE	Eletroduto em ferro galvanizado pesado sem costura 1 1/4" x 3m	un	127	178,27	221,11	28.080,97	0,28 %
5.7			<b>QUIOSQUE</b>		1		195.173,05	195.173,05	1,92 %
5.7.1			<b>INFRAESTRUTURA</b>		1		5.700,21	5.700,21	0,06 %
5.7.1.1	92770	SINAPI	ARMAÇÃO DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	235,7	11,18	13,86	3.266,80	0,03 %
5.7.1.2	030047	SBC	FORMAS DE TABUA DE MADEIRA PARA RADIER REAPROVEITAMENTO 2X	m²	2,91	126,85	157,33	457,83	0,00 %
5.7.1.3	102482	SINAPI	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,2:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 600 L. AF_05/2021	m³	1,95	816,83	1.013,12	1.975,58	0,02 %
5.7.2			<b>SUPERESTRUTURA</b>		1		17.533,64	17.533,64	0,17 %
5.7.2.1	92269	SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM. AF_09/2020	m²	19,2	163,93	203,32	3.903,74	0,04 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



5.7.2.2	92265	SINAPI	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, EM CHAPÁ DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	m²	13,2	128,65	159,56	2.106,19	0,02 %
5.7.2.3	92800	SINAPI	CORTE E DOBRA DE AÇO CA-60, DIÂMETRO DE 5,0 MM. AF_06/2022	KG	43,9	9,36	11,60	509,24	0,01 %
5.7.2.4	92761	SINAPI	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 8,0 MM - MONTAGEM. AF_06/2022	KG	43,7	11,79	14,62	638,89	0,01 %
5.7.2.5	CPU_20	Próprio	ARMAÇÃO DE PILAR OU VIGA DE ESTRUTURA DE CONCRETO ARMADO EMBUTIDA EM ALVENARIA DE VEDAÇÃO UTILIZANDO AÇO CA-50 DE 10,0 MM - MONTAGEM. Ref.: SINAPI - 104108 - 11/2025	kg	64,5	12,49	15,49	999,10	0,01 %
5.7.2.6	94966	SINAPI	CONCRETO FCK = 30MPA, TRAÇO 1:2,1:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	m³	1,65	672,94	834,65	1.377,17	0,01 %
5.7.2.7	145	ORSE	Laje pré-fabricada comum para piso ou cobertura, inclusive escoramento em madeira e capeamento 4cm	m²	55,69	115,81	143,64	7.999,31	0,08 %
5.7.3			<b>INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO QUIOSQUE</b>		1		7.797,76	7.797,76	0,08 %
5.7.3.1			<b>CABOS</b>		1		3.009,50	3.009,50	0,03 %
5.7.3.1.1	91932	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	100	19,91	24,69	2.469,00	0,02 %
5.7.3.1.2	91924	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 1,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	50	3,56	4,41	220,50	0,00 %
5.7.3.1.3	91926	SINAPI	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	50	5,16	6,40	320,00	0,00 %
5.7.3.2			<b>ELETRODUTOS</b>		1		875,35	875,35	0,01 %
5.7.3.2.1	91855	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	25	12,34	15,30	382,50	0,00 %
5.7.3.2.2	91855	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	30	12,34	15,30	459,00	0,00 %
5.7.3.2.3	91843	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO REFORÇADO, PVC, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM LAJE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	1	7,04	8,73	8,73	0,00 %
5.7.3.2.4	91852	SINAPI	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 20 MM (1/2"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	M	2	10,13	12,56	25,12	0,00 %





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



5.7.3.3			ACESSÓRIOS		1		2.820,86	2.820,86	0,03 %
5.7.3.3.1	059800	SBC	CAIXA PASSAGEM 4x2"	UN	14	11,05	13,70	191,80	0,00 %
5.7.3.3.2	058006	SBC	CAIXA FERRO ESMALTADA 4x4" OCTOGONAL FUNDO MOVEL	UN	4	39,62	49,14	196,56	0,00 %
5.7.3.3.3	055782	SBC	CAIXA DE PASSAGEM EM ALVENARIA 30x30cm	UN	2	274,10	339,96	679,92	0,01 %
5.7.3.3.4	CPU_2 8	Próprio	CAIXA DE MEDICAO INDIVIDUAL POLIFASICA C/ TAMPA P/ DISJUNTOR. Ref.: SBC (061454) 11/2025	UN	2	424,41	526,40	1.052,80	0,01 %
5.7.3.3.5	91981	SINAPI	INTERRUPTOR BIPOLAR (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2	48,22	59,80	119,60	0,00 %
5.7.3.3.6	91961	SINAPI	INTERRUPTOR PARALELO (2 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2	58,80	72,93	145,86	0,00 %
5.7.3.3.7	92000	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	2	31,39	38,93	77,86	0,00 %
5.7.3.3.8	92008	SINAPI	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UN	6	47,90	59,41	356,46	0,00 %
5.7.3.4			DISJUNTORES		1		1.092,05	1.092,05	0,01 %
5.7.3.4.1	12224	ORSE	Quadro de distribuição de embutir, em chapa de aço, para até 16 disjuntores, com barramento, padrão DIN, exclusive disjuntores	un	2	267,46	331,73	663,46	0,01 %
5.7.3.4.2	93654	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	6	11,58	14,36	86,16	0,00 %
5.7.3.4.3	93663	SINAPI	DISJUNTOR BIPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 25A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	3	59,16	73,37	220,11	0,00 %
5.7.3.4.4	8484	ORSE	Disjuntor termomagnetico bipolar 10 A, padrão DIN (linha branca)	un	1	52,31	64,88	64,88	0,00 %
5.7.3.4.5	93653	SINAPI	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	UN	4	11,58	14,36	57,44	0,00 %
5.7.4			INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS DO QUIOSQUE		1		10.040,42	10.040,42	0,10 %
5.7.4.1			TUBULAÇÕES HIDRÁULICAS		1		528,45	528,45	0,01 %
5.7.4.1.1	1027	ORSE	Tubo pvc rígido soldável marrom p/ água, d = 20 mm (1/2")	m	12	13,06	16,19	194,28	0,00 %
5.7.4.1.2	89403	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	7,44	20,53	25,46	189,42	0,00 %
5.7.4.1.3	89402	SINAPI	TUBO, PVC, SOLDÁVEL, DE 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	M	8,46	13,80	17,11	144,75	0,00 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



5.7.4.2			CONEXÕES HIDRÁULICAS		1		591,94	591,94	0,01 %
5.7.4.2.1	89406	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 20MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	16	9,85	12,21	195,36	0,00 %
5.7.4.2.2	89410	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	6	12,13	15,04	90,24	0,00 %
5.7.4.2.3	89415	SINAPI	CURVA 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	4	17,43	21,61	86,44	0,00 %
5.7.4.2.4	89412	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, X 3/4 INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	2	10,86	13,46	26,92	0,00 %
5.7.4.2.5	89408	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 25MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	2	9,94	12,32	24,64	0,00 %
5.7.4.2.6	89413	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	6	13,53	16,78	100,68	0,00 %
5.7.4.2.7	89622	SINAPI	TÊ DE REDUÇÃO, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM X 25MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	2	14,60	18,10	36,20	0,00 %
5.7.4.2.8	89620	SINAPI	TE, PVC, SOLDÁVEL, DN 32MM, INSTALADO EM PRUMADA DE ÁGUA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_06/2022	UN	2	12,69	15,73	31,46	0,00 %
5.7.4.3			ACESSÓRIOS HIDRÁULICOS		1		2.790,08	2.790,08	0,03 %
5.7.4.3.1	CPU_24	Próprio	HIDRÔMETRO DN 1", 7 M³/H - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2024. Ref.: SINAPI (104997) 11/2025	UN	2	670,06	831,08	1.662,16	0,02 %
5.7.4.3.2	1225	ORSE	Adaptador de pvc rígido roscável com flanges para caixa d'água diam = 1 1/4" Rev.01 10/2022	un	8	36,82	45,66	365,28	0,00 %
5.7.4.3.3	1223	ORSE	Adaptador de pvc rígido roscável com flanges para caixa d'água diam = 3/4"	un	6	24,44	30,31	181,86	0,00 %
5.7.4.3.4	1224	ORSE	Adaptador de pvc rígido roscável com flanges para caixa d'água diam = 1"	un	2	44,98	55,78	111,56	0,00 %
5.7.4.3.5	1057	ORSE	Adaptador pvc rígido soldável c/ flange e anel, p/ caixa d'água diâm = 25mm x3/4"	un	4	16,98	21,06	84,24	0,00 %
5.7.4.3.6	1072	ORSE	Bucha de redução curta de pvc rígido soldável, marrom, diâm = 32 x 25mm	un	4	5,97	7,40	29,60	0,00 %
5.7.4.3.7	89353	SINAPI	REGISTRO DE GAVETA BRUTO, LATÃO, ROSCÁVEL, 3/4" - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	2	42,75	53,02	106,04	0,00 %
5.7.4.3.8	103047	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 20 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	2	22,31	27,67	55,34	0,00 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



5.7.4.3.9	94490	SINAPI	REGISTRO DE ESFERA, PVC, SOLDÁVEL, COM VOLANTE, DN 32 MM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_08/2021	UN	4	39,11	48,50	194,00	0,00 %
5.7.4.4			<b>TUBULAÇÕES SANITÁRIAS</b>		1		1.171,13	1.171,13	0,01 %
5.7.4.4.1	89509	SINAPI	TUBO PVC, SÉRIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 50 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	M	10,84	23,41	29,03	314,68	0,00 %
5.7.4.4.2	89711	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	M	12,28	23,83	29,55	362,87	0,00 %
5.7.4.4.3	89800	SINAPI	TUBO PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	M	13,24	30,06	37,28	493,58	0,00 %
5.7.4.5			<b>CONEXÕES SANITÁRIAS</b>		1		1.458,62	1.458,62	0,01 %
5.7.4.5.1	9759	ORSE	Tê 90° de pvc rígido, série R, diâm = 50mm	un	4	28,01	34,74	138,96	0,00 %
5.7.4.5.2	89821	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM PRUMADA DE ESGOTO SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO. AF_08/2022	UN	9	19,08	23,66	212,94	0,00 %
5.7.4.5.3	89545	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE R, ÁGUA PLUVIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE ENCAMINHAMENTO. AF_06/2022	UN	2	15,74	19,52	39,04	0,00 %
5.7.4.5.4	89753	SINAPI	LUVA SIMPLES, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	8	9,83	12,19	97,52	0,00 %
5.7.4.5.5	102710	SINAPI	JUNÇÃO SIMPLES DE PVC, 45 GRAUS, SÉRIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, INSTALADA EM DRENO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2021	UN	1	64,43	79,91	79,91	0,00 %
5.7.4.5.6	89724	SINAPI	JOELHO 90 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 40 MM, JUNTA SOLDÁVEL, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	9	11,25	13,95	125,55	0,00 %
5.7.4.5.7	89746	SINAPI	JOELHO 45 GRAUS, PVC, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM, JUNTA ELÁSTICA, FORNECIDO E INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO. AF_08/2022	UN	3	28,85	35,78	107,34	0,00 %
5.7.4.5.8	1614	ORSE	Curva 90° curta em pvc rígido c/ anéis, diâm = 50mm	un	7	20,06	24,88	174,16	0,00 %
5.7.4.5.9	1616	ORSE	Curva 90° curta em pvc rígido c/ anéis, diâm = 100mm	un	4	38,27	47,46	189,84	0,00 %
5.7.4.5.10	C0488	SEINFRA	BUCHA REDUÇÃO LONGA PVC P/ESGOTO 50X40mm	UN	4	12,43	15,41	61,64	0,00 %
5.7.4.5.11	1212	ORSE	Anel de borracha para tubo pvc sanitario d = 100mm	un	14	5,57	6,90	96,60	0,00 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



5.7.4.5.12	3404	ORSE	Anel de borracha para tubo pvc sanitario d = 50mm	un	20	4,18	5,18	103,60	0,00 %
5.7.4.5.13	1609	ORSE	Tê 90° em pvc rígido soldável, para esgoto secundário, diâm = 40mm	un	2	12,71	15,76	31,52	0,00 %
5.7.4.6			<b>ACESSÓRIOS SANITÁRIOS</b>		1		3.500,20	3.500,20	0,03 %
5.7.4.6.1	4883	ORSE	Caixa de inspeção 0.60 x 0.60 x 0.60m	un	4	705,51	875,05	3.500,20	0,03 %
5.7.5			<b>PISO</b>		1		1.641,10	1.641,10	0,02 %
5.7.5.1	87755	SINAPI	CONTRAPISO EM ARGAMASSA TRAÇO 1:4 (CIMENTO E AREIA), PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L, APLICADO EM ÁREAS MOLHADAS SOBRE IMPERMEABILIZAÇÃO, ACABAMENTO NÃO REFORÇADO, ESPESSURA 3CM. AF_07/2021	m²	10	65,31	81,00	810,00	0,01 %
5.7.5.2	170122	SBC	CERAMICA PARA PISO 60x60cm ACETINADA CHAMONIX BRANCO INCESA	m²	10	60,08	74,51	745,10	0,01 %
5.7.5.3	CPU_2 3	Próprio	Rejuntamento de revestimentos cerâmicos 60cm x 60cm. Ref.: ORSE (13969) 11/2025	m²	10	6,94	8,60	86,00	0,00 %
5.7.6			<b>ELEMENTOS ESTRUTURAIS</b>		1		2.332,84	2.332,84	0,02 %
5.7.6.1	CPU_2 1	Próprio	VERGA PRÉ-FABRICADA COM ATÉ 1,5 M DE VÃO, ESPESSURA DE *15* CM. AF_03/2024. Ref.: SINAPI 105036 11/2025	M	23,6	56,10	69,58	1.642,08	0,02 %
5.7.6.2	CPU_2 2	Próprio	CONTRAVERGA PRÉ-MOLDADA, ESPESSURA DE *15* CM. AF_03/2024. Ref.: SINAPI 105027 11/2025	M	20,8	26,78	33,21	690,76	0,01 %
5.7.7			<b>FECHAMENTOS/VEDAÇÃO</b>		1		10.913,43	10.913,43	0,11 %
5.7.7.1	103332	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X14X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA. AF_12/2021	m²	62,16	141,56	175,57	10.913,43	0,11 %
5.7.8			<b>REVESTIMENTO</b>		1		21.769,52	21.769,52	0,21 %
5.7.8.1	87904	SINAPI	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (COM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO MANUAL. AF_10/2022	m²	116,1 6	10,46	12,97	1.506,59	0,01 %
5.7.8.2	87550	SINAPI	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA ENTRE 5M² E 10M², E = 10MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	m²	116,1 6	34,34	42,59	4.947,25	0,05 %
5.7.8.3	11369	ORSE	Revestimento cerâmico para parede, 10 x 10 cm, Eliane, linha galeria branco mesh, pei - 3, aplicado com argamassa industrializada ac-ii, rejuntado, exclusive regularização de base ou emboço - Rev 01	m²	116,1 6	84,64	104,98	12.194,47	0,12 %
5.7.8.4	C1126	SEINF RA	REJUNTAMENTO C/ ARG. PRÉ-FABRICADA, JUNTA ENTRE 2mm E 6mm EM CERÂMICA, ATÉ 10x10 cm (100 cm²) - DECORATIVA (PAREDE/PISO)	m²	116,1 6	21,67	26,87	3.121,21	0,03 %
5.7.9			<b>COBERTURA</b>		1		30.739,03	30.739,03	0,30 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



5.7.9.1	C2442	SEINFRA	TELHA DE FIBROCIMENTO KALHETÃO INCLINAÇÃO 9%	m²	30,79	150,95	187,22	5.764,50	0,06 %
5.7.9.2	11114	ORSE	Fornecimento e assentamento de peças de eucalipto tratado, d=7 a 10cm	m	527	38,21	47,39	24.974,53	0,25 %
5.7.10			ESQUADRIAS		1		9.152,24	9.152,24	0,09 %
5.7.10.1	12710	ORSE	Porta de enrolar, em perfil meia cana fechado, em chapa de aço galvanizado nº22	m²	15,8	359,40	445,76	7.043,00	0,07 %
5.7.10.2	C1973	SEINFRA	PORTA DE ALUMÍNIO E ACRÍLICO	m²	3,36	506,13	627,75	2.109,24	0,02 %
5.7.11			SERVIÇOS COMPLEMENTARES		1		77.552,86	77.552,86	0,76 %
5.7.11.1	C4069	SEINFRA	BANCADA DE GRANITO (OUTRAS CORES) ESP. = 2cm (COLOCADO)	m²	3,24	505,67	627,18	2.032,06	0,02 %
5.7.11.2	130317	SBC	PEITORIL EM GRANITO SAO GABRIEL 20cm	M	16	172,98	214,54	3.432,64	0,03 %
5.7.11.3	130115	SBC	SOLEIRA EM GRANITO SAO GABRIEL 20CM	M	1,6	127,76	158,46	253,53	0,00 %
5.7.11.4	21.03.151	CPOS/CDHU	Revestimento em placa de alumínio composto "ACM", espessura de 4 mm e acabamento em PVDF	m²	3	878,22	1.089,26	3.267,78	0,03 %
5.7.11.5	CPU_30	Próprio	Totem vertical conforme especificação em projeto, base em concreto armado para fixação e acabamento para uso externo. Ref.: ORSE (11686) 11/2025	un	1	41.308,46	51.235,39	51.235,39	0,50 %
5.7.11.6	103314	SINAPI	INSTALAÇÃO DE PERGOLADO DE MADEIRA, EM MAÇARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIÃO, FIXADO COM CONCRETO SOBRE PISO DE CONCRETO EXISTENTE. AF_11/2021	m²	33,95	258,36	320,44	10.878,93	0,11 %
5.7.11.7	CPU_26	Próprio	Fornecimento e instalação de chapas de policarbonato alveolar, branca, 6mm com emendas e acabamento em policarbonato, aplicado em toldo/cobertura/fechamento/etc. Ref.: ORSE (13358) 11/2025	m²	33,95	153,24	190,06	6.452,53	0,06 %
5.8			PAISAGISMO		1		57.118,31	57.118,31	0,56 %
5.8.1	10234	ORSE	Grama esmeralda em placas, fornecimento e plantio	m²	363,16	36,12	44,80	16.269,56	0,16 %
5.8.2	2394	ORSE	Fornecimento e espalhamento de terra vegetal preparada	m³	127,1	229,74	284,94	36.215,87	0,36 %
5.8.3	11802	ORSE	Muda de palmeira, areca, h=1,50 m, fornecimento e plantio	un	15	230,82	286,28	4.294,20	0,04 %
5.8.4	CPU_29	Próprio	TUMBERGIA (THUNBERGIA GRANDIFLORA) . Ref.: SIURB (18003051) 07/2025	UN	4	68,27	84,67	338,68	0,00 %
6			LIMPEZA		1		28.658,31	28.658,31	0,28 %
6.1	2450	ORSE	Limpeza geral	m²	8606,1	2,69	3,33	28.658,31	0,28 %
7			RECOMPOSIÇÃO DA REDE DE ESGOTO DO CANAL DO MALHADO		1		82.913,14	82.913,14	0,82 %
7.1			ESCAVAÇÃO E ATERRO		1		2.564,80	2.564,80	0,03 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



7.1.1	102276	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. MENOR QUE 1,5 M, EM SOLO DE 1ª CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	m³	80	11,39	14,12	1.129,60	0,01 %
7.1.2	93377	SINAPI	REATERRO MECANIZADO DE VALA COM RETROESCAVADEIRA (CAPACIDADE DA CAÇAMBA DA RETRO: 0,26 M³ / POTÊNCIA: 88 HP), LARGURA DE 0,8 A 1,5 M, PROFUNDIDADE DE 1,5 A 3,0 M, COM SOLO (SEM SUBSTITUIÇÃO) DE 1ª CATEGORIA EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_04/2016	m³	80	14,47	17,94	1.435,20	0,01 %
7.2			<b>EXECUÇÃO DA REDE COLETORA E RAMAL</b>		1		80.348,34	80.348,34	0,79 %
7.2.1	101622	SINAPI	PREPARO DE FUNDO DE VALA COM LARGURA MENOR QUE 1,5 M, COM CAMADA DE AREIA, LANÇAMENTO MECANIZADO. AF_01/2026	m³	5	323,41	401,12	2.005,60	0,02 %
7.2.2	90696	SINAPI	TUBO DE PVC PARA REDE COLETORA DE ESGOTO DE PAREDE MACIÇA, DN 200 MM, JUNTA ELÁSTICA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_01/2021	M	300	133,29	165,32	49.596,00	0,49 %
7.2.3	CPU_014	Próprio	COLETOR PREDIAL DE ESGOTO, DA CAIXA ATÉ A REDE (DISTÂNCIA = 6 M, LARGURA DA VALA = 0,65 M), INCLUINDO ESCAVAÇÃO MECANIZADA, PREPARO DE FUNDO DE VALA E REATERRO COM COMPACTAÇÃO MECANIZADA, TUBO PVC P/ REDE COLETORA ESGOTO JEI DN 100 MM E CONEXÕES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2016. Ref.: SINAPI (93356) - 05/2022	UN	10	620,61	769,75	7.697,50	0,08 %
7.2.4	CPU_015	Próprio	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) POÇO DE VISITA CIRCULAR PARA ESGOTO, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,0 M, PROFUNDIDADE ATÉ 1,50 M, INCLUINDO TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO, DIÂMETRO DE 60 CM. AF_04/2018. Ref.: Cópia da SINAPI (98420) - 04/2022	UN	2	2.215,59	2.748,02	5.496,04	0,05 %
7.2.5	CPU_016	Próprio	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) POÇO DE VISITA CIRCULAR PARA ESGOTO, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 1,0 M, PROFUNDIDADE DE 1,50 A 2,00 M, INCLUINDO TAMPÃO DE FERRO FUNDIDO, DIÂMETRO DE 60 CM. AF_04/2018. Ref.: SINAPI (98421) - 04/2022	UN	2	2.513,80	3.117,89	6.235,78	0,06 %
7.2.6	92835	SINAPI	TUBO DE CONCRETO PARA REDES COLETORAS DE ESGOTO SANITÁRIO, DIÂMETRO DE 400 MM, JUNTA ELÁSTICA, INSTALADO EM LOCAL COM BAIXO NÍVEL DE INTERFERÊNCIAS - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO. AF_03/2024	M	20	253,32	314,19	6.283,80	0,06 %
7.2.7	98115	SINAPI	TAMPA CIRCULAR PARA ESGOTO E DRENAGEM, EM CONCRETO PRÉ-MOLDADO, DIÂMETRO INTERNO = 0,60 M E ALTURA = 0,10 M. AF_12/2020	UN	20	116,02	143,90	2.878,00	0,03 %





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



7.2.8	96619	SINAPI	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO EM BLOCOS DE COROAMENTO OU SAPATAS, ESPESSURA DE 5 CM. AF_01/2024	m²	2,5	50,19	62,25	155,62	0,00 %
8			<b>SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>		1		3.015.455,68	3.015.455,68	29,69 %
8.1			<b>SERVIÇOS PRELIMINARES</b>		1		291.369,34	291.369,34	2,87 %
8.1.1	51	ORSE	Placa de obra em chapa aço galvanizado, instalada - Rev 02_01/2022	m²	6	363,78	451,20	2.707,20	0,03 %
8.1.2	98459	SINAPI	TAPUME COM TELHA METÁLICA. AF_03/2024	m²	1491,05	95,06	117,90	175.794,79	1,73 %
8.1.3	CPU_006	Próprio	BASEADO SINAPI (78472) - SERVICOS TOPOGRAFICOS PARA PAVIMENTACAO, INCLUSIVE NOTA DE SERVICOS, ACOMPANHAMENTO E GREIDE	m²	6196,38	0,48	0,59	3.655,86	0,04 %
8.1.4	7691	ORSE	Concreto simples fabricado na obra, fck=21 mpa, lançado e adensado	m³	44,35	651,10	807,56	35.815,28	0,35 %
8.1.5	4116	ORSE	Limpeza de canais com escavadeira hidráulica, compreendendo remoção e carga de solos moles, materia orgânica ou entulhos	m³	3247,62	18,22	22,60	73.396,21	0,72 %
8.2			<b>INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS</b>		1		75.610,12	75.610,12	0,74 %
8.2.1	CPU_008	Próprio	EXECUÇÃO DE REFEITÓRIO EM CANTEIRO DE OBRA EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA, NÃO INCLUSO MOBILIÁRIO E EQUIPAMENTOS. AF_02/2016. Ref. SINAPI (93210)12/2023	m²	20	625,71	776,07	15.521,40	0,15 %
8.2.2	CPU_009	Próprio	EXECUÇÃO DE RESERVATÓRIO ELEVADO DE ÁGUA (1000 LITROS) EM CANTEIRO DE OBRA, APOIADO EM ESTRUTURA DE MADEIRA. AF_02/2016_PA. Ref.: SINAPI (93214) - 12/2023	UN	1	7.435,00	9.221,72	9.221,72	0,09 %
8.2.3	41.02.01	Próprio	INSTALACAO PROVISORIA DE AGUA	UN	1	365,29	453,07	453,07	0,00 %
8.2.4	CPU_007	Próprio	BASEADO SINAPI (41598) - ENTRADA PROVISORIA DE ENERGIA ELETRICA AEREA TRIFASICA 40A EM POSTE MADEIRA	un	1	2.846,32	3.530,32	3.530,32	0,03 %
8.2.5	10491	ORSE	Aluguel de container - Banheiro com 4 chuveiros, 1 lavatório, 1 mictório e 4 bacias - 6,20 x 2,40m	mês	9	1.800,00	2.232,56	20.093,04	0,20 %
8.2.6	4657	ORSE	Locação de container - Escritório com banheiro - 6,20 x 2,40m - Rev 02_02/2022	mês	9	1.600,00	1.984,49	17.860,41	0,18 %
8.2.7	4654	ORSE	Locação de container - Almoxarifado sem banheiro - 6,00 x 2,40m - Rev 02_02/2022	mês	9	800,00	992,24	8.930,16	0,09 %
8.3			<b>ESGOTAMENTO</b>		1		2.396,10	2.396,10	0,02 %
8.3.1	C2807	SEINFRA	ESGOTAMENTO COM CUNJUNTO MOTO-BOMBA DE 20m³/h, H=10m.c.a	H	314,45	6,15	7,62	2.396,10	0,02 %
8.4			<b>ADMINISTRAÇÃO LOCAL</b>		1		132.830,48	132.830,48	1,31 %
8.4.1	CPU_003	Próprio	ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE OBRA	un	8	13.386,80	16.603,81	132.830,48	1,31 %
8.5			<b>GALERIA RETANGULAR</b>		1		1.988.884,29	1.988.884,29	19,58 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



8.5.1			DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES		1		42.081,02	42.081,02	0,41 %
8.5.1.1	97627	SINAPI	DEMOLIÇÃO DE PILARES E VIGAS EM CONCRETO ARMADO, DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE, SEM REAPROVEITAMENTO. AF_09/2023	m³	30,67	53,74	66,65	2.044,15	0,02 %
8.5.1.2	DEM-CON-025	SETOP	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES - COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO, INCLUSIVE AFASTAMENTO	m³	181,33	87,45	108,46	19.667,05	0,19 %
8.5.1.3	100984	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_02/2026	m³	378,34	8,93	11,07	4.188,22	0,04 %
8.5.1.4	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_02/2026	M3XKM	4918,42	2,66	3,29	16.181,60	0,16 %
8.5.2			ESCAVAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO DE TERRA		1		395.808,25	395.808,25	3,90 %
8.5.2.1	100975	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_02/2026	m³	6132,5	8,23	10,20	62.551,50	0,62 %
8.5.2.2	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_02/2026	M3XKM	79722,5	2,66	3,29	262.287,02	2,58 %
8.5.2.3	90082	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	m³	383,35	10,11	12,53	4.803,37	0,05 %
8.5.2.4	102288	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. DE 3,0 M ATÉ 4,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (1,2 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO MOLE, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	m³	4522,65	11,80	14,63	66.166,36	0,65 %
8.5.3			CONTENÇÃO METÁLICA		1		520.263,00	520.263,00	5,12 %
8.5.3.1	08.01.110	CPOS/CDHU	Escoramento com estacas pranchas metálicas - profundidade até 6 m	m²	900	466,07	578,07	520.263,00	5,12 %
8.5.4			ATERRO E COMPACTAÇÃO		1		16.126,11	16.126,11	0,16 %
8.5.4.1	90082	SINAPI	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATÉ 1,5 M (MÉDIA MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), ESCAVADEIRA (0,8 M3), LARG. DE 1,5 M A 2,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_09/2024	m³	1287	10,11	12,53	16.126,11	0,16 %
8.5.5			FUNDAÇÃO		1		614.632,86	614.632,86	6,05 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



8.5.5.1	CPU_005	Próprio	BASEADO - SINAPI (97111) - EXECUÇÃO DE LAJE SOB RADIER EM CONCRETO ARMADO (PCA), FCK = 40 MPA, CAMADA COM ESPESSURA DE 15,0 CM. AF_11/2017	m²	1573	185,97	230,66	362.828,18	3,57 %
8.5.5.2	96399	SINAPI	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE RACHÃO, COM ESPESSURA DE 40 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	1179,75	138,95	172,34	203.318,11	2,00 %
8.5.5.3	100975	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_02/2026	m³	1584,011	8,23	10,20	16.156,91	0,16 %
8.5.5.4	CPU_011	Próprio	TRANSPORTE COMERCIAL DE BRITA. Ref.: SINAPI (83356) - 08/2020	M3XKM	20592,143	1,27	1,57	32.329,66	0,32 %
8.5.6			<b>DRENAGEM</b>		1		88.494,12	88.494,12	0,87 %
8.5.6.1	C2767	SEINFRA	ENSECADEIRA COM SACOS DE AREIA, S/ FORNECIMENTO DE AREIA	m³	643,5	110,88	137,52	88.494,12	0,87 %
8.5.7			<b>SUPERESTRUTURA</b>		1		311.478,93	311.478,93	3,07 %
8.5.7.1	5909130	SICRO3	Carga e manobra de aduelas de concreto pré-moldadas em cavalo mecânico com semirreboque 20 t - carga com caminhão guindauto com capacidade de elevação de 11,9 t	t	1324,29	27,84	34,53	45.727,73	0,45 %
8.5.7.2	6817873	SICRO3	Corpo de BSCC - seção fechada de 3,0 x 3,0 m - pré-moldado - altura do aterro de 1,00 a 2,50 m - areia e brita comerciais	m	55	3.895,67	4.831,84	265.751,20	2,62 %
8.6			<b>PAVIMENTAÇÃO - PISTA DE ROLAMENTO LATERAL</b>		1		524.365,35	524.365,35	5,16 %
8.6.1			<b>DEMOLIÇÕES</b>		1		17.845,20	17.845,20	0,18 %
8.6.1.1	DEM-CON-025	SETOP	DEMOLIÇÃO DE CONCRETO SIMPLES - COM EQUIPAMENTO PNEUMÁTICO, INCLUSIVE AFASTAMENTO	m³	100	87,45	108,46	10.846,00	0,11 %
8.6.1.2	100984	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE ENTULHO EM CAMINHÃO BASCULANTE 18 M³ - CARGA COM ESCAVADEIRA HIDRÁULICA (CAÇAMBA DE 0,80 M³ / 111 HP) E DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_02/2026	m³	130	8,93	11,07	1.439,10	0,01 %
8.6.1.3	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_02/2026	M3XKM	1690	2,66	3,29	5.560,10	0,05 %
8.6.2			<b>ESCAVAÇÃO E TERRAPLENAGEM</b>		1		102.550,00	102.550,00	1,01 %
8.6.2.1	101139	SINAPI	ESCAVAÇÃO HORIZONTAL, INCLUINDO ESCARIFICAÇÃO, CARGA, DESCARGA E TRANSPORTE EM SOLO DE 2ª CATEGORIA COM TRATOR DE ESTEIRAS (100HP/LÂMINA: 2,19M3) E CAMINHÃO BASCULANTE DE 10M3, DMT ATÉ 200M. AF_07/2020	m³	1000	21,41	26,55	26.550,00	0,26 %
8.6.2.2	100975	SINAPI	CARGA, MANOBRA E DESCARGA DE SOLOS E MATERIAIS GRANULARES EM CAMINHÃO BASCULANTE 14 M³ - CARGA COM PÁ CARREGADEIRA (CAÇAMBA DE 1,7 A 2,8 M³ / 128 HP) E	m³	1000	8,23	10,20	10.200,00	0,10 %



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



			DESCARGA LIVRE (UNIDADE: M3). AF_02/2026						
8.6.2.3	95875	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: M3XKM). AF_02/2026	M3XKM	2000 0	2,66	3,29	65.800,00	0,65 %
8.6.3			<b>EXECUÇÃO DE BASE E SUB-BASE DO PAVIMENTO</b>		1		403.970,15	403.970,15	3,98 %
8.6.3.1	96399	SINAPI	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE RACHÃO, COM ESPESSURA DE 40 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	1588, 09	138,95	172,34	273.691,43	2,69 %
8.6.3.2	96396	SINAPI	CONSTRUÇÃO DE BASE E SUB-BASE PARA PAVIMENTAÇÃO DE BRITA GRADUADA SIMPLES, COM ESPESSURA DE 15 CM - EXCLUSIVE CARGA E TRANSPORTE. AF_09/2024	m³	300	202,55	251,22	75.366,00	0,74 %
8.6.3.3	93598	SINAPI	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M³, EM VIA URBANA EM REVESTIMENTO PRIMÁRIO (UNIDADE: TXKM). AF_02/2026	TXKM	2691 8	1,65	2,04	54.912,72	0,54 %

Total sem BDI	8.195.110,26
Total do BDI	1.962.565,16
Total Geral	10.157.675,42

Local e Data

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

Carimbo do CNPJ da empresa  
e assinatura do responsável

Declaramos que o objeto da planilha de preço estão estritamente de acordo com as características constantes do Anexo I – Especificações Técnicas/Proposta de Preço deste Edital.

Declaramos estar em dia com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias, conforme legislação vigente.

O prazo de eficácia desta proposta é de 60 dias, a partir da abertura das propostas cadastradas na plataforma eletrônica, conforme art. 64, §3º da Lei de Licitações.

A eficácia suspensiva dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação estender-se-á ao prazo de convocação previsto no artigo 64 § 3º da Lei de Licitações.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

(Nome completo, assinatura do representante legal da empresa e carimbo da empresa)(Identificação: RG N° xxxxxx, SSP/xxx e CPF N° xxxxxx)



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026  
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº. 10071/2025  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2026**

TERMO DE CONTRATO CELEBRADO  
ENTRE O MUNICÍPIO DE ILHÉUS - BA, E  
A EMPRESA.....

O Município de Ilhéus/BA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 13.672.597/0001-62, com sede Avenida Brasil, nº. 90, bairro Conquista – CEP 45650-270 - Ilhéus/BA, **através da Secretaria Municipal De Infraestrutura E Defesa Civil**, representada pelo(a) Secretário(a) Municipal, o(a) Sr(a). **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, aqui denominado CONTRATANTE, e a EMPRESA **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº **xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx** com sede **xxxxxxxxxxxx,xxxxx**, nº **xxxxxx**, – **xxxxxxxx/xx**, CEP: **xxxxxx**, aqui representada pelo Sr.**xxxxxxxxxxxx**, brasileiro, **xxxxxx**, **xxxxxxxxxx**, inscrita no CPF sob o Nº **xxxxxxxxxxxx** e RG.: nº **xxxxxxxxxx** SSP/xx, aqui denominado Contratada, tendo em vista no que consta no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026, e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica Nº 005/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DO REMANESCENTE DA OBRA DE FECHAMENTO CANAL DO MALHADO, BAIRRO MALHADO, ILHÉUS/BA (CONVÊNIO CONDER N.398/2022).**

Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- a) O Termo de Referência;
- b) O Edital da Licitação;
- c) A Proposta do contratado;
- d) Eventuais anexos dos documentos supracitados

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



Lei nº14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de execução será de 12 (doze) meses, a contar da emissão da Ordem de Serviços.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permaneçam vantajosa para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art.92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento da obra constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ .....( )

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. Executados e aceitos os serviços, a CONTRATADA apresentará a Nota Fiscal/Fatura na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS-BA, para fins de liquidação e pagamento, que serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contado da entrega dos documentos exigidos para pagamento.

6.2. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA;

6.3. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período de prestação dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-seá após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

6.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

6.6. Constatando-sea situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

6.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao órgão sancionador.

6.11. Caso se constate o descumprimento de obrigações trabalhistas ou da manutenção das condições exigidas na habilitação, poderá ser concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que a Contratada regularize suas obrigações, quando não se identificar má-fé ou a incapacidade de corrigir a situação.

6.11.1. Na hipótese acima prevista, e em não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de 15 (quinze) dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da Contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato. Neste caso, o sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado para, querendo, acompanhar o pagamento das referidas verbas.

6.11.2. Os pagamentos previstos no subitem acima, caso ocorram, não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a Contratante e os empregados da Contratada.

6.11.3. Quando, justificadamente, não for possível a realização do pagamento direto aos empregados, os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



6.12. Não haverá reembolso de salários pela Contratante à Contratada.

6.13. O pagamento devido à contratada será efetuado na conta bancária nº: xxxxx – Ag. nº: xxxxxx – Banco: xxxxxxxxxxxx.

**CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custo da Construção - INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação dos índices de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo sejam divulgados os índices definitivos.

7.5. Nas aferições finais, índices utilizados para reajuste serão, obrigatoriamente, os definitivos.

7.6. Caso os índices estabelecidos para reajustamento venham a ser extintos ou de qualquer forma não possam mais ser utilizados, serão adotados, em substituição, os que vierem a ser determinados pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

- Proporcionar todas as facilidades para a contratada executar a obra do presente Termo de Referência;
- Comunicar prontamente a contratada qualquer anormalidade na execução do serviço, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no presente Termo de Referência;
- Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado de forma que sejam mantidas todas as condições estipuladas neste termo.
- Fica a Administração nos termos da Lei obrigada a emitir despacho de resposta às manifestações da contratada quanto ao pedido de reequilíbrio no



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 92, inciso X e XI da 14133/21.

## CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV XVI e XVII)

### 9.1. São obrigações do Contratado:

- Atender a todas as condições descritas no presente Termo de Referência;
- Responsabilizar-se pelo fornecimento do objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à contratante;
- Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto, bem como, prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante;
- Não deixar de executar qualquer atividade necessária ao perfeito fornecimento do objeto, sob qualquer alegação, mesmo sob pretexto de não ter sido executada anteriormente qualquer tipo de procedimento;
- Prestar qualquer tipo de informação solicitada pela contratante sobre os fornecimentos, bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto deste Termo de Referência;
- Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
- Atender prontamente a quaisquer exigências da Fiscalização da Contratante, inerentes ao objeto desta contratação;
- Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e obrigações vinculados à contratação;
- Cumprir durante toda execução do contrato com a **reserva de cargos para pessoas com deficiência** reabilitada da Previdência Social e aprendizes conforme Art. 92, inciso XVII, da Lei 14133/21;
- Responsabilizar-se pelo recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as atividades inerentes à execução do objeto contratual, não cabendo, portanto, qualquer obrigação à CONTRATANTE com relação aos mesmos.

Reparar e/ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste termo em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos produtos entregues.

## CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

**10.1. Garantia de execução:** é medida que se mostra necessária para evitar a ocorrência de prejuízos e danos à contratante decorrentes da inexecução parcial ou total do contrato, bem como por conta de eventual inadimplência de direitos trabalhistas, previdenciários e sociais dos executores dos serviços.

Assim, para fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais que serão firmadas, o Contratante exigirá da licitante vencedora a prestação de “garantia de execução”, de acordo com o art. 96 e seguintes da lei 14.133/2021, no valor



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



equivalente a 1% (um por cento) do valor global do contrato.

A garantia deverá ser prestada no prazo máximo de 15 dias úteis contados da formalização do instrumento contratual, sob pena de aplicação de multas e/ou rescisão contratual.

A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento parcial ou total do contrato;
- b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar, expressamente, todos os eventos indicados no parágrafo anterior.

A garantia deverá ser integralizada em no máximo 15 (quinze) dias úteis, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou houver alteração do valor contratual.

A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais firmadas, FAR-SE-Á DE PLENO DIREITO, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial e das demais sanções previstas no contrato a ser firmado.

O emitente da garantia ofertada pelo contratado será notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais. Todavia, o garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade mínima pelo prazo de 06 meses posteriores à vigência do contrato, e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FISCALIZAÇÃO**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



11.1 Nos termos do Artigo 117 da Lei Federal 14.133/2021, a execução do contrato deverá ser fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato ou pelos respectivos substitutos, a fim de acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração;

11.2 A execução do contrato será acompanhada ainda pelo gestor de contratos e o respectivo fiscal, que serão designados por meio de Portaria no ato da Assinatura do Contrato, o qual deverá coordenar a rotina de fiscalização e tomar as providências cabíveis quando necessário;

11.3. Para a fiscalização e gestão do contrato deverão ser observados, o disposto no Decreto Municipal nº 269/2025 no que diz respeito às atividades de fiscalização e gestão de contratos.

11.4. Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, o mesmo será devolvido à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova fatura, devidamente corrigida.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art.92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a agente de contratação/a durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

12.1.5. fraudar a licitação





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades previstas na legislação.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípio gerais dos contratos

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Nº 14.133/2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Nº 14.133/2021, bem como no respectivo site oficial na internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei Nº 12.527 de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto Nº 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, § 1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Ilhéus para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei Nº 14.133/2021.

Ilhéus - Bahia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

\_\_\_\_\_  
**Município de Ilhéus**  
**Contratante**

\_\_\_\_\_  
**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**Contratada**

\_\_\_\_\_  
**Nome:**  
**CPF:**

\_\_\_\_\_  
**Nome:**  
**CPF:**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS  
REQUISITOS DE HABILITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026  
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº 10071/2025  
CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 005/2026**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Concorrência Eletrônica nº XXX/2026, instaurada pelo Município de Ilhéus/BA, que atende os cumprimentos dos requisitos de habilitação.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), ..... de .....de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026**  
**PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº 10071/2025**  
**CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 005/2026**

**DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Concorrência Eletrônica nº XXX/2026 instaurada pela Prefeitura Municipal de Ilhéus/BA, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

(Local), ..... de ..... de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026**  
**PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº 10071/2025**  
**CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 005/2026**

**DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local), ..... de ..... de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026**  
**PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº 10071/2025**  
**CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 005/2026**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

(Local), ..... de ..... de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.

OBS. 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026**  
**PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº 10071/2025**  
**CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 005/2026**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Concorrência Eletrônica nº xxx/2026, para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar no 123/06, declaramos:

que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da Concorrência Pública, na condição

( ) de MICROEMPRESA [ou] ( ) de EMPRESA DE PEQUENO PORTE

e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei Complementar no 123/06.

(Local), ..... de .....de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026**  
**PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº 10071/2025**  
**CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 005/2026**

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E RESPONSABILIDADE**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARAMOS para fins de atendimento ao que consta do edital do Concorrência Eletrônica nº XXX/2026 da Prefeitura Municipal de Ilhéus/BA, tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

(Local), ..... de ..... de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



**ANEXO X – DECLARAÇÃO DE NÃO INTEGRAR O QUADRO FUNCIONAL**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026**  
**PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº 10071/2025**  
**CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 005/2026**

**DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.**

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Concorrência Eletrônica nº XXX/2026, instaurada pelo Município de Ilhéus-Ba, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), ..... de .....de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS



**ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO  
INDEPENDENTE DE PROPOSTA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026  
PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº 10071/2025  
CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 005/2026**

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do Edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local), ..... de ..... de 2026.

---

**EMPRESA / CNPJ**

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHÉUS**



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 051/2026**  
**PROCESSO PROTOCOLO GERAL Nº 10071/2025**  
**CONCORRENCIA PÚBLICA Nº 005/2026**

**QR CODE – ANEXOS DO CERTAME (PROJETOS – PLANILHAS)**

